

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2025

**Proposta da Administração e Manual para Assembleia
Geral, a ser realizada em 30 de abril de 2025**

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

v.2 24 de abril de 2025



POSI
B3 LISTED NM

ÍNDICE

1. CONVITE	03
2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	04
2.1. Orientações para participação via Plataforma Digital	05
2.2. Orientações para participação mediante Boletim de Voto a Distância	07
2.2.1. Envio de boletins por intermédio de prestadores de serviços	08
2.2.2. Envio de boletins diretamente à Companhia.....	09
3. EDITAL DE CONVOCAÇÃO	11
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	14
4.1. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024	14
4.2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	14
4.3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros	15
4.4. Fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano	15
4.5. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia	15
4.6. Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025	16
4.7. Instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração	17

ANEXOS

Anexo I – Item 2 do Formulário de Referência (Comentários)	19
Anexo II – Anexo A da Resolução CVM nº 81/22 (Destinação do Lucro)	53
Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)	60
Anexo IV – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência (Candidatos)	96

1. CONVITE

Ficam os Acionistas convidados a participar da Assembleia Geral Ordinária da Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Positivo Tecnologia”) que será realizada no dia **30 de abril de 2025**, às **15h00**, de forma **exclusivamente digital** (“AGO” ou “Assembleia”), por meio de sistema eletrônico Ten Meetings, cujo acesso se dará através do link **AGO POSITIVO**.

O Edital de Convocação, constante do item 3 da presente proposta, enumera, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem discutidas.

Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, encontram-se relacionados abaixo:

- I. Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- II. Demonstrações Financeiras;
- III. Relatório dos Auditores Independentes; e
- IV. Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria.

Referidos documentos foram disponibilizados, em 19 de março de 2025, aos Acionistas da Companhia: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); (iii) website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm) por meio do sistema IPE; e (iv) website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Tais documentos foram, também, publicados, em 27 de março de 2025, nos jornais “Jornal Diário Comercial” (Edição Nacional) - <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/> e “Metrópole Jornal” (PR) - https://www.metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais.

Todos os demais documentos relativos à Assembleia que fazem parte deste Manual estão à disposição dos Acionistas, mediante agendamento prévio, no Departamento de Relações com Investidores, na sede da Companhia localizada na Rua João Bettega, 5200, Curitiba, PR, CEP 81.350-000 ou no escritório administrativo da Companhia, localizado na Rua James Joule, nº. 65, 15º andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, CEP: 04576-080, bem como nos sites de Relações com Investidores da Companhia, da B3 e da CVM, acima indicados.

2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Informações e Diretrizes

Este material apresenta detalhes sobre os temas que serão discutidos e deliberados na Assembleia, além de fornecer as orientações necessárias para a participação dos Acionistas na AGO.

O presente manual tem o objetivo de garantir uma comunicação clara e tempestiva com os acionistas, em conformidade com as práticas adotadas pela Companhia e as exigências previstas na Lei das S.A. e na Resolução CVM nº 81/22.



30 de abril de 2025, às 15h00 (BRT)



Assembleia 100% Digital - [AGO POSITIVO](#)



Como Participar?

- Via Plataforma Eletrônica (Ten Meetings)
- Boletim de Voto à Distância



Dúvidas?

- Relações com Investidores
- Tel: +55 41 3239-7974 / +55 41 9215-9863
- E-mail: ri@positivo.com.br

Participação na Assembleia

A participação dos Acionistas na Assembleia da Positivo Tecnologia é fundamental, pois possibilita o exercício do direito de voto em temas relevantes e fortalece a governança corporativa por meio de uma gestão mais transparente e alinhada aos interesses dos investidores.

Visando a **ampliar e facilitar a participação de seus Acionistas**, a Companhia informa que a Assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("[Plataforma Digital](#)"), através do link [AGO POSITIVO](#).

A participação dos(as) acionistas poderá ser feita por **Plataforma Digital ou mediante envio de boletim de voto a distância ("BVD")**, nos termos da Resolução CVM 81 e de acordo com as orientações e instruções disponibilizadas adiante.



Quórum de Instalação

Em vista das matérias constantes da ordem do dia, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, no mínimo, **1/4 (um quarto) do capital social** com direito a voto da Companhia.

Esclarecemos que, caso o quórum de instalação disposto acima não seja atingido em primeira convocação, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Em segunda convocação, a AGO será instalada com a presença de qualquer número de Acionistas.



Para participação dos Acionistas na Assembleia, **independentemente do meio escolhido**, será exigida a apresentação dos seguintes **DOCUMENTOS**:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

Não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento.

Serão aceitos **documentos assinados digitalmente**, desde que a assinatura seja realizada utilizando certificado digital emitido por autoridade certificadora ou por meio de plataformas reconhecidas, de modo que a autenticidade da assinatura e a integridade do documento possam ser verificadas antes da sua aceitação.

2.1. Orientações para participação via Plataforma Digital

A Companhia disponibilizará Plataforma Digital que permitirá aos Acionistas participarem, se manifestarem e/ou votarem na Assembleia sem que se façam presentes fisicamente. Neste sentido, aos Acionistas que desejarem participar da AGO, deverão realizar seu cadastro no endereço eletrônico através do link **AGO POSITIVO** e anexar os documentos sinalizados no quadro acima (conforme aplicáveis), impreterivelmente, até o dia **28 de abril de 2025, inclusive**. O login e senha utilizados pelo Acionista quando de seu cadastro, serão utilizados para acessar a plataforma no dia da Assembleia.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, os Acionistas podem ser representados em AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja Acionista da Companhia, administrador da Companhia, advogado, ou ainda por uma instituição financeira.

Nesse sentido, a administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da Assembleia.

a) Cadastro de Acionista Pessoa Física:

Aos Acionistas pessoas físicas que se cadastrarem na plataforma, deverão seguir o preenchimento do formulário de cadastro e, no item “2 Perfil”, selecionar a opção “Acionista”, bem como incluir os documentos solicitados pela plataforma.

b) Cadastro de Acionista Pessoa Jurídica:

Aos Acionistas pessoas jurídicas, que se façam presentes através de seu representante legal, ou aos acionistas que sejam representados por procuradores, será obrigatório que seja realizado o cadastro prévio da pessoa física que representará o Acionista. Assim, os procuradores deverão realizar o cadastro prévio com os seus dados no endereço eletrônico através do link [AGO POSITIVO](#). Adicionalmente, quando do preenchimento do formulário de cadastro, no item “2 Perfil” deverá ser selecionada a opção “Representante”, seguindo com a

inclusão dos documentos solicitados pela plataforma. Após realizar o cadastro como Representante, será disponibilizado na plataforma o Painel de Representante, onde deverão ser cadastrados todos os Acionistas que o representante/procurador irá representar, anexando todos os documentos pertinentes.

Quando o Acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia. O procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada Acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um Acionista somente poderá votar na Assembleia pelos Acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. O procedimento aqui descrito também deverá ser realizado até o dia 28 de abril de 2025 (inclusive).

Em caso de dúvidas, no link [AGO POSITIVO](#) está disponível o Manual da Plataforma de Assembleia da Ten *Meetings*, através do qual o Acionista poderá consultar para elucidar dúvidas sobre cadastro e videoconferência.

As credenciais de acesso utilizadas pelos Acionistas ou seus procuradores e representantes serão **pessoais e intransferíveis**. Caso um Acionista não consiga realizar seu cadastro conforme acima, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência em relação ao dia da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado.

No dia da Assembleia, os Acionistas deverão realizar seus acessos para participação na AGO através do link [AGO POSITIVO](#), inserindo na plataforma o seu login (e-mail ou CPF sem pontos e dígitos) e senha cadastrados.

Os Acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, da Resolução CVM nº 81/22.

Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas que acessem a Plataforma Digital

para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. O acesso à Assembleia não será permitido após o início dos trabalhos.

Orientações adicionais para participação remota via Plataforma Digital



A Companhia recomenda que os Acionistas **acessem a Plataforma Digital com antecedência** de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas.

A Companhia também sugere que os **Acionistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital** para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia, bem como **garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos** com a Plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

ATENÇÃO: Para acessar a Plataforma Digital, são necessários:

- (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e
- (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Edge.

Os navegadores Mozilla Firefox e Safari NÃO são compatíveis com a Plataforma Digital.

A Companhia não se responsabiliza por **problemas operacionais ou de conexão** que os Acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do Acionista com a internet ou incompatibilidade do Plataforma Digital com equipamento do Acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista na Assembleia.

2.2. Orientações para participação mediante Boletim de Voto a Distância – BVD

Conforme previsto nos artigos 31 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os Acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio dos respectivos boletins de voto a distância com relação à AGO (“Boletim” ou “BVD”).

O Boletim é um documento eletrônico, cuja forma reflete o Anexo M da Resolução CVM nº 81/22, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da Assembleia. Os modelos para preenchimento foram disponibilizados no site de Relações com Investidores da Companhia (www.positivotecnologia.com.br/ri).

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. Será admitida a assinatura eletrônica, podendo ser utilizada tanto a certificação de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), quanto qualquer outra, tendo a Companhia como já anuente deste formato, desde que se permita a validação da integridade e autoria do documento (conforme Medida Provisória 2.200– 2/2001).

A Companhia informa, desde já, que as instruções de voto recebidas por meio de BVD para a primeira convocação serão consideradas e utilizadas para a segunda convocação, caso necessário, desde que respeitado o prazo de 30 (trinta) dias entre uma assembleia e outra, conforme previsto no parágrafo único do Art. 49, da Resolução CVM 81/22. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

2.2.1. Envio de boletim pelo(a) acionista por intermédio de prestadores de serviços

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto via BVD por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir os seus votos a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou ao depositário central no qual as ações estejam depositadas, observadas as regras por esses determinadas.

a. Agente Escriturador



Acionistas com posição acionária em livro escritural podem exercer o voto à distância por intermédio do agente escriturador das ações de emissão da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.).

As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital, observado os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador (que pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecureditiesservices/artigo/home/assembleia-digital>).

Em caso de dúvidas, favor consultar a página de perguntas frequentes <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecureditiesservices/artigo/atendimento/perguntas-frequentes>.

Alternativamente, os Acionistas podem entrar em contato com agente escriturador da Companhia através dos telefones ou e-mail indicados abaixo:

- 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)
- 0800 7209285 (demais localidades)

b. Agente de Custódia ou Depositário Central

O voto por meio do BVD será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das referidas ações ou pelo depositário central.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto por meio do BVD deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto (i) à instituição e/ou corretora (agente de custódia) que mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3; ou (ii) por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, na Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clicando em “Assembleias em Aberto.”

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância é facultativa aos agentes de custódia, recomendamos que o Acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

➤ Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h00 às 18h00.

A Companhia informa que caso seu respectivo agente de custódia não preste o referido serviço, o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto a distância e documentos aplicáveis diretamente ao depositário central ou à própria Companhia, conforme descrito no item III a seguir.

2.2.2. Envio de boletim pelo(a) acionista diretamente à Companhia

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, podendo optar por uma das seguintes opções: (a) envio por e-mail; ou (b) envio via Plataforma Digital.

a. envio por e-mail



Para esta modalidade, o Acionista deverá encaminhar o BVD acompanhado da respectiva documentação indicada neste Manual para o e-mail ri@positivo.com.br.

A Companhia comunicará ao Acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto a distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Em caso de dúvidas, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por e-mail: ri@positivo.com.br ou por telefone +55 41 3239-7974.

b. envio pela Plataforma Digital



Para esta modalidade de envio de BVD, o Acionista deverá fazê-lo diretamente por meio de sistema eletrônico *Ten Meetings* – BVD Digital, conforme instruções constantes no vídeo disponível na página de acesso da AGO e/ou conforme instruções a seguir descritas:

- (i) o usuário deve acessar a plataforma da Ten Meeting pelo link **AGO POSITIVO**;
- (ii) realizar seu cadastro conforme descrito no item 2.1 deste Manual;
- (iii) após ter seu cadastro aprovado, o usuário deverá se dirigir ao campo BVD constante na barra de rolagem na parte superior da página;
- (iv) ao clicar na opção BVD, o usuário poderá preencher a sua opção de voto, se for Acionista, ou a opção de voto de quem eventualmente esteja representando;
- (v) em seguida basta registrar seus votos nos itens listados da pauta do dia e confirmar as opções de voto;
- (vi) na sequência, é necessário realizar a impressão do comprovante de voto no formato digital;
- (vii) pronto, seu BVD digital estará devidamente registrado, ocasião em que a plataforma registrará a seguinte mensagem “Votos adicionados com sucesso”.

Divergências entre Boletins

Conforme art. 48, §§ 2º e 4º da Resolução CVM 81/22, caso haja divergências entre: (i) o BVD recebido diretamente pela Companhia ou recebido pelo depositário central e a instrução de voto contida no mapa analítico do escriturador, a instrução de voto proveniente do escriturador deve prevalecer; e (ii) o BVD recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa analítico do depositário central, a instrução de voto proveniente do depositário central deve prevalecer.

Ordem de preferência em caso de divergência:

1.  **BVD Escriturador**
2.  **BVD Depositário Central**
3.  **BVD Companhia**

O Boletim e os documentos necessários para participar da Assembleia via boletim deverão ser enviados para a Companhia em até 4 (quatro) dias antes da Assembleia, ou seja, dia 26 de abril de 2025 (inclusive).

3. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Positivo Tecnologia S.A. (“Positivo Tecnologia” ou “Companhia”) a reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** (“Assembleia”), a ser realizada no dia **30 de abril de 2025, às 15h00**, de forma **exclusivamente digital**, por meio de sistema eletrônico **Ten Meetings**, cujo acesso se dará através do link <https://assembleia.ten.com.br/231498007> a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros;
- (iv) Fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano;
- (v) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (vi) Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025; e
- (vii) Instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração.

Informações Gerais:

a) A Companhia informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Ten Meetings (“Plataforma Digital”), reforçando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. Esse formato, na visão da Companhia, é eficiente e inclusivo, na medida em que otimiza o acesso aos acionistas residentes e não-residentes no Brasil à Assembleia, ao mesmo tempo em que reduz os custos operacionais e logísticos para a Companhia e seus acionistas.

b) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81/22, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); (ii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários – (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

d) A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os Acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletins de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGO (“Boletim”); ou, (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGO.

d) Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que pretenderem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, Resolução CVM nº 81/22, deverão realizar o seu cadastro, por meio do link <https://assembleia.ten.com.br/231498007>, imprerivelmente até o dia **28 de abril de 2025 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados na Proposta da Administração e Manual para Assembleia Geral da Companhia. Os Acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. O login e senha utilizados pelo Acionista quando de seu cadastro, serão utilizados para acessar a plataforma no dia da Assembleia.

e) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

f) A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/22. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, até 4 (quatro) dias de antecedência da realização da Assembleia (26 de abril de 2025, inclusive), de Boletim de Voto a Distância: (i) diretamente à Companhia, inclusive por meio de sistema eletrônico *Ten Meetings* – BVD Digital; conforme as orientações constantes na Proposta da Administração e Manual para Assembleia Geral da Companhia; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; (iii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia; ou (iv) ao depositário central no qual as ações estejam depositadas.

g) Em atendimento ao artigo 4º da Resolução CVM nº 81/22 e de acordo com a Resolução CVM nº 70/22, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da Lei 6.404/1976. Adicionalmente, a Companhia destaca a importância de que os pedidos

de voto múltiplo sejam realizados com o máximo de antecedência possível, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas.

g) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância) encontram-se na Proposta da Administração e Manual para Assembleia Geral da Companhia divulgado nesta data pela Companhia.

Curitiba, 28 de março de 2025.

Alexandre Dias

Presidente do Conselho de Administração

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral Ordinária é convocada para (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025; e (vii) instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração.

Logo, a administração da Positivo Tecnologia apresenta as propostas a seguir descritas.

4.1. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas pela administração da Positivo Tecnologia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foram publicados em 27 de março de 2025, nos jornais Metrôpole Jornal (PR) e Jornal Diário Comercial (Edição Nacional), além de terem sido disponibilizados, em 19 de março de 2025, no site de relações com investidores da Companhia (www.positivotecnologia.com.br/ri).

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras demonstram a situação econômico-financeira da Positivo Tecnologia e as evoluções da sua situação patrimonial, ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Positivo Tecnologia.

Tais documentos (i) foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme reunião realizada em 13 de março de 2025; e (ii) obtiveram recomendação favorável pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Em 19 de março de 2025, foi emitido o parecer sem ressalvas dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., a respeito das Demonstrações Financeiras.

Nesse sentido, a administração propõe que os Acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Nos termos do inciso III do art. 10 da Resolução CVM nº 81/22, a seção 2 do Formulário de Referência consta como **Anexo I** ao presente manual, o qual contém os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia.

4.2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Propomos que o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tenha a destinação abaixo prevista, a qual se encontra detalhada no **Anexo II** deste manual, que contém as informações do Anexo A da Resolução CVM nº 81/22.

O **lucro líquido** da Positivo Tecnologia no exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2024** foi de **R\$ 80.377.147,92** (oitenta milhões, trezentos e setenta e sete mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos.). Dessa forma, a Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício:

	R\$ 38.179.145,26 (trinta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos) para a DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDO ;
	R\$ 4.018.857,40 (quatro milhões, dezoito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) para a constituição da RESERVA LEGAL ; e
	R\$ 38.179.145,26 (trinta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos) para RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS .

4.3. Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros

De acordo com o art. 14 do Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até 2 (dois) anos.

Para o mandato que se iniciará com a eleição na AGO, a Administração **propõe que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros**.

4.4. Fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano

De acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o mandato do Conselho de Administração é unificado e de até 2 (dois) anos.

Neste sentido, a Administração propõe que o mandato do Conselho de Administração a ser eleito na Assembleia seja fixado com **prazo de 1 (um) ano**, ou seja, se iniciando com a eleição na AGO e vigorando até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.

4.5. Eleição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por é composto por no mínimo 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de até 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente (a ser eleito em reunião do Conselho de Administração imediatamente após a posse do novo Conselho).

Ainda, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definições do Regulamento do Novo Mercado e do Anexo K da Resolução CVM nº 80. A seguir a Administração propõe a eleição dos membros do Conselho de Administração em chapa, considerando os candidatos a seguir indicados:

Candidato ao Conselho de Administração	Cargo
Alexandre Silveira Dias	Conselheiro Independente
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	Conselheira Independente
Fernando Costa de Freitas	Conselheiro Independente
Marcel Martins Malczewski	Conselheiro Independente
Helio Bruck Rotenberg	Conselheiro
Samuel Ferrari Lago	Conselheiro
Giem Raduy Guimarães	Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri	Conselheiro
Rafael Moia Vargas	Conselheiro

O Conselho de Administração avaliou e confirmou o **enquadramento dos Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas e Marcel Martins Malczewski como conselheiros independentes**, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado, do Anexo K da Resolução CVM nº 80, e na declaração de independência apresentada por cada candidato. A caracterização da independência de tais membros deverá ser confirmada pela Assembleia Geral Ordinária.

Ressalta-se ainda a possibilidade de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, desde que requerido por acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações ordinárias, e desde que o façam, por escrito, com até 48 horas de antecedência à realização da Assembleia, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a RCVM 70. Nessa hipótese, deixará de haver eleição por chapa e cada ação ordinária passará a ter tantos votos quantas forem as vagas a serem ocupadas no Conselho de Administração (nesse caso 9 membros), podendo os acionistas cumularem seus votos em um ou mais candidatos.

Os acionistas não controladores poderão, ainda, solicitar a eleição em separado de um membro para o Conselho de Administração desde que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, nos termos do artigo 141 e seus parágrafos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas somente poderão participar do processo de votação em separado, se houver, com as ações detidas de forma ininterrupta durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia. Além disso, as ações utilizadas em eventual eleição em separado não poderão ser utilizadas na votação majoritária para o Conselho de Administração.

A Positivo Tecnologia esclarece que, nos termos do artigo 11, I da Resolução CVM nº 81/22, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração, conforme os itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, encontram-se detalhadas no **Anexo IV** ao presente manual.

4.6. Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2025

De acordo com o artigo 12, alínea “ii”, do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025 seja no montante de até R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), que serão distribuídos individualmente entre os administradores por deliberação do Conselho de Administração.

Para o exercício social de 2024 foi aprovada remuneração global dos administradores no montante de até R\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais), tendo sido realizado o valor total de R\$ 11.956.288,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais), ou seja, 35% abaixo do valor aprovado. O montante proposto para o exercício social de 2025 é aproximadamente 7,61% inferior ao aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024 para o exercício social de 2024.

Em conformidade com o art. 13 da Resolução CVM nº 81/22, a Seção 8 do Formulário de Referência, encontra-se disponível no **Anexo III** ao presente manual.

4.7. Instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração

A Companhia recebeu pedido de instalação do Conselho Fiscal por acionistas perfazendo o percentual mínimo do capital social (2%) necessário para tanto, conforme previsto na Lei das S.A. e nas normas da CVM.

Logo, a Administração propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes – que entende ser uma quantidade adequada de membros dado que atende à quantidade mínima exigida pela Lei das S.A. e pelo Estatuto Social, atribuindo assim menos custos à Companhia. Além disso, a Companhia informa que recebeu também de acionistas não controladores a indicação de dois candidatos efetivos e seus respectivos suplentes para a eleição em separado de um membro do Conselho Fiscal, indicados no quadro abaixo.

Até o momento, os seguintes nomes foram indicados por Acionistas da Companhia:

Candidato ao Conselho Fiscal	Cargo	Indicação
Irineu Homan	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Controladores
Carlos Tortelli	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Controladores
Carlos Eduardo Annibelli Baron	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Controladores
Michel Youssif Chaowiche	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Controladores
Gustavo Viana Volpato	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Minoritários (eleição em separado)
João Pedro Ragghianti Bispo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Minoritários (eleição em separado)
Pedro Carvalho Araujo Tavares	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Minoritários (eleição em separado)
Marcio Corradi Leoni	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Minoritários (eleição em separado)

A Companhia ressalta que, para fins da eleição em separado prevista no artigo 161, §4, inciso “a”, in fine, da Lei das S.A., os Srs. Gustavo Viana Volpato (efetivo) e João Pedro Ragghianti Bispo (suplente), foram indicados pelo acionista Clube de Investimento Padova.

A Companhia ressalta que, para fins da eleição em separado prevista no artigo 161, §4, inciso “a”, in fine, da Lei das S.A., os Srs. Pedro Carvalho Araujo Tavares (efetivo) e Marcio Corradi Leoni (suplente), foram indicados pelos acionistas: Porto SFA Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações, Porto SFA Equity Hedge Fundo de Investimento Financeiro e Porto SFA Institucional Master Fif em Ações.

As informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho Fiscal, conforme os itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, encontram-se detalhadas no **Anexo V** ao presente manual.

O Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o período do seu mandato seja equivalente ao mínimo previsto no art. 162, §3º da Lei das S.A.

-***-

Anexo I

**Proposta da Administração e Manual para Assembleia
Geral, a ser realizada em 30 de abril de 2025**

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
v.2 24 de abril de 2025



POSI
B3 LISTED NM

ANEXO I**Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia**
(Item 2 do Formulário de Referência)**2.1 Condições financeiras e patrimoniais****(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios, bem como para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazos.

Em 31 de dezembro de 2024, a liquidez corrente, representada pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, registrou 2,0x (1,8x em 2023), patamar estável quando comparado aos anos anteriores de 2022 e 2021 que registraram índice de 1,9x e 1,6x respectivamente, demonstrando crescimento sustentável da Companhia em 2024 e 2023.

A relação entre o endividamento líquido e o EBITDA apresentou múltiplo de 1,8x (1,5x no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), índice estável ao 1,6x observado ao fim do exercício de 2021 e 2022, representando um índice adequado de endividamento, mesmo com crescimento significativo da Companhia no período de 2022 e 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o grau de endividamento total foi de 63,1%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 566,9 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 665,3 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,40x.

Em 31 de dezembro de 2023, o grau de endividamento total foi de 65,2%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 591,4 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 824,7 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,52x.

Em 31 de dezembro de 2022, o grau de endividamento total foi de 66,5%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 426,6 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 1.105 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,79x.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis moderados de alavancagem, considerando-se a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1,60 bilhão em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1,65 bilhão em 31 de dezembro de 2024, decorrentes dos lucros registrados nos exercícios e de ajustes positivos de avaliação patrimonial.

	Em 31 de dezembro		
Dívida Líquida	2024	2023	2022
<i>Em milhões de Reais</i>			
Empréstimos e Financiamentos	(1.282,8)	(1.385,7)	(1.531,9)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	566,9	591,4	426,6
(-) Saldo de instrumentos financeiros	50,6	(34,4)	0,2
Dívida Líquida	(665,3)	(824,7)	(1.105,2)

A tabela a seguir, demonstra o padrão de financiamento da Companhia entre capital próprio e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2024, 63,1% do ativo total da Companhia estava financiado com capital de terceiros, patamar inferior ao observado no fim de 2023 em 2,01 p.p.

	Em 31 de dezembro		
Padrão de financiamento	2024	2023	2022
<i>Em milhões de Reais</i>			
Empréstimos e Financiamentos	1.282,8	1.385,7	1.532,0
Outras obrigações com terceiros	1.538,0	1.599,7	1.261,5
Total - Capital de Terceiros	2.820,8	2.985,4	2.793,5
% do ativo total	63,1%	65,2%	66,5%
Patrimônio Líquido	1.646,1	1.596,4	1.406,3
Total - Capital Próprio	1.646,1	1.596,4	1.406,3
% do ativo total	36,9%	34,8%	33,5%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o perfil da estrutura de capital da Positivo Tecnologia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter condições suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, sendo esta visão embasada pelas informações setoriais e macroeconômicas atualmente disponíveis. Caso a Positivo Tecnologia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e capital de giro, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente com instituições financeiras de grande, médio e pequeno porte, conforme já tem efetuado nos últimos anos.

Entretanto, cumpre salientar que em caso de um agravamento profundo do quadro macroeconômico no país, a Companhia poderá sofrer redução de faturamento relevante e/ou ter seus limites de crédito com bancos e fornecedores reduzidos, o que impactaria o refinanciamento dos empréstimos e prazos de pagamentos. Tais fatores afetariam a condição de liquidez da Companhia.

A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais indicadores de endividamento monitorados pela Companhia:

Em 31 de dezembro

Indicadores de endividamento	2024	2023	2022
<i>em milhões de reais</i>			
Dívida Bruta	(1.282,8)	(1.385,7)	(1.531,9)
Caixa e Aplicações financeiras	566,9	591,4	426,6
Saldo de instrumentos financeiros	50,6	(30,4)	0,2
Dívida Líquida	(665,3)	(824,7)	(1.105,2)
EBITDA	367	565	675
Patrimônio Líquido	1.646,1	1.596,4	1.406,3
Índice Dívida Líquida/EBITDA	1,8x	1,5x	1,6x
Índice Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	0,8x	0,9x	1,1x
Índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,4x	0,5x	0,8x

Em 31 de dezembro de 2024, o EBITDA foi de R\$ 367 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,8x.

Em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA foi de R\$ 565 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,5x.

Em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA foi de R\$ 675 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,6x.

Abaixo demonstramos a posição em 31 de dezembro de 2024 de fornecedores, arrendamento mercantil e partes relacionadas (consolidado):

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2024							
Fornecedores	103,04	293.312	245.154	123.532	-	-	661.998
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	110,70	9.171	29.535	360.517	1.040.570	101.191	1.540.984
Instrumentos financeiros derivativos		1.015	-	-	-	-	1.015
Partes relacionadas		-	1.205	-	-	-	1.205
Arrendamento Mercantil	123,49	1.330	2.660	11.978	25.393	436	41.797
Outros passivos		-	-	68.263	7.500	-	75.763
		<u>304.828</u>	<u>278.554</u>	<u>564.290</u>	<u>1.073.463</u>	<u>101.627</u>	<u>2.322.762</u>

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de recursos próprios, nos últimos três exercícios sociais a Companhia contratou empréstimos de curto e longo prazo para financiar seu capital de giro, além de recursos tomados junto ao BNDES, FINEP e Nota Comercial. Realizou ainda, a 3ª emissão de debêntures em 2022, dívida que realizou a liquidação antecipada no ano de 2024.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Positivo Tecnologia capta, quando necessário, recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades pontuais de capital de giro de curto prazo, respeitando a sazonalidade do negócio.

Além disso, a Companhia se utiliza desses recursos para a manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para a execução de suas atividades, buscando sempre manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros e de câmbio.

Devido ao perfil de moderada alavancagem da Positivo Tecnologia e seu excelente histórico junto à comunidade financeira, a Companhia tem tido acesso a linhas de crédito junto a bancos de grande, médio e pequeno portes a taxas competitivas, e acredita manter essa capacidade para os próximos períodos, exceto se houver uma deterioração mais relevante das condições do mercado de crédito.

No que se refere a linhas de financiamento para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia possui contratos de colaboração financeira de longo prazo com o BNDES, FINEP, CCB e Nota Comercial para financiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Adicionalmente, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única no valor total de R\$ 350.000 em 2022, realizando no ano de 2024 a liquidação antecipada dessa dívida.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia era composto da seguinte forma nos períodos abaixo indicados:

					Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	Taxa média contratual (a.a.)	Swap % CDI	Vencimento	Garantias	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Moeda nacional								
Capital de Giro	CDI+2,29%	-	Até Dez/2025	-	47.652	191.949	47.652	192.429
Capital de Giro	CDI+5,13%	-	Até Nov/2025	-	-	-	5.947	504
Debêntures	(a) CDI +3,75%	-	Até Fev/2026	-	-	110.896	-	110.896
Nota Comercial	(a) CDI+2,13%	-	Até Mai/2028	-	16.725	57.354	17.784	57.354
FINEP	(b) TR + 3,41%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	10.251	15.283	10.249	15.283
FINEP	(b) TJLP + 1,00%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	14.684	14.499	14.684	14.499
BNDES	(c) CDI+1,80%	-	Até Set/2031	Carta fiança	12.825	2.737	12.825	2.737
BNDES	(c) TR + 2,20%	-	Até Fev/2033	Carta fiança	1.660	-	1.660	-
Moeda estrangeira								
Capital de Giro - US\$	CDI + 2,05% + VC	115,19%	Até Ago/2029	Nota promissória	230.279	301.077	230.279	301.077
					334.076	693.795	341.080	694.839
Passivo não circulante								
Moeda nacional								
Capital de Giro	CDI+2,29%	-	Até Dez/2025	-	-	196.435	-	204.643
Capital de Giro	CDI+5,13%	-	Até Nov/2025	-	-	-	-	4.884
Debêntures	(a) CDI +3,75%	-	Até Fev/2026	-	-	150.000	-	150.000
Nota Comercial	(a) CDI+2,13%	-	Até Mai/2028	-	33.333	41.429	223.333	41.429
FINEP	(b) TR + 3,41%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	13.763	22.970	13.763	22.970
FINEP	(b) TJLP + 1,00%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	39.422	52.563	39.422	52.563
BNDES	(c) CDI+1,80%	-	Até Set/2031	Carta fiança	72.755	42.000	72.755	42.000
BNDES	(c) TR + 2,20%	-	Até Fev/2033	Carta fiança	184.000	-	184.000	-
Moeda estrangeira								
Capital de Giro - US\$	CDI + 2,05% + VC	115,19%	Até Ago/2029	Nota promissória	408.471	172.405	408.471	172.405
					751.744	677.802	941.744	690.894
Total de empréstimos e financiamentos					1.085.820	1.371.597	1.282.824	1.385.733

FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial,

tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021, os vencimentos dos contratos ocorrerão até dezembro de 2028.

CAPITAL DE GIRO

Para suprir a necessidade de capital de giro a Companhia capta recursos de instituições financeiras a taxas de juros praticadas no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia captou recursos, encerrando o período com saldo a pagar no montante de R\$ 692,3 milhões e R\$ 876,0 milhões. Destaque para as captações via 4131, que contribuíram para o alongamento da dívida da Companhia.

DEBÊNTURES

Visando o alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios, a Companhia realizou no ano de 2022 a 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações no valor total de R\$ 350 milhões. Em maio de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado dessa obrigação, visando a redução dos custos financeiros do seu endividamento, utilizando o caixa gerado nas suas operações, não sendo substituído por outro instrumento de captação.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os contratos firmados junto à FINEP serão amortizados até dezembro de 2028.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível será estabelecida conforme a ordem de classificação prevista na legislação aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem os seguintes covenants, que deverão ser observados semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e

- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Nota comercial

Em 2024, a Companhia celebrou contratos de nota de comercial, no montante de R\$ 240 milhões, com prazo de até 4 anos. Os referidos contratos possuem cláusula de *covenants* financeiros seguindo a metodologia acima mencionada, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

Capital de giro

Em 2021 a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R\$ 150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia acima mencionada, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

O próximo aferimento, de ambos os contratos, em relação ao cumprimento dos *covenants* será para a data base de 30 de junho de 2025. No aferimento realizado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava atendendo o índice limite determinado pela cláusula de *covenants*.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa. cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Exercício findo em 31 de dezembro

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADO	2024		2023		Vas%	Vas p.p
<i>Em milhares de Reais</i>	R\$ mil	% ROL	R\$ mil	% ROL	2024x2023	2024x2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.688.326	100,0%	3.926.631	100,0%	-6,1%	0,0 p.p.
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(2.764.289)	74,9%	(2.864.102)	72,9%	-3,5%	2,0 p.p.
LUCRO BRUTO	924.037	25,1%	1.062.529	27,1%	-13,0%	-2,0 p.p.
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Com Vendas	(436.329)	11,8%	(496.236)	12,6%	-12,1%	-0,8 p.p.
Gerais e Administrativas	(220.817)	6,0%	(216.172)	5,5%	2,1%	0,5 p.p.
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	50.284	1,4%	165.013	4,2%	-69,5%	-2,8 p.p.
Resultado da equivalência patrimonial	(7.665)	-0,2%	(6.557)	-0,2%	16,9%	0,0 p.p.
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	309.510	8,4%	508.577	13,0%	-39,1%	-4,6 p.p.
Receitas Financeiras	114.170	3,1%	104.320	2,7%	9,4%	0,4 p.p.
Despesas Financeiras	(272.422)	7,4%	(325.449)	8,3%	-16,3%	-0,9 p.p.
Variação cambial líquida	(49.122)	1,3%	(33.297)	0,8%	47,5%	0,5 p.p.
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	102.136	2,8%	254.151	6,5%	-59,8%	-3,7 p.p.
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(11.624)	-0,3%	(2.341)	-0,1%	396,5%	-0,3 p.p.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.474)	-0,1%	(928)	0,0%	489,9%	-0,1 p.p.
	(17.098)		(3.269)		423,0%	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.038	2,3%	250.882	6,4%	-66,1%	-4,1 p.p.
LUCRO POR AÇÃO - R\$	0,5997		1,7693			

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 3.688,3 milhões no exercício de 2024, redução de 6,1% em relação ao ano de 2023. A redução no faturamento deve-se principalmente: (i) à menor demanda dos negócios de Instituições Públicas, (ii) a redução nas vendas do mercado de consumo (varejo) e (iii) ao menor volume de negócios Corporativos, HaaS e servidores, principalmente. Essa redução foi compensada parcialmente pela receita com serviços gerenciados de TI, com a aquisição da controlada Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. S.A.), em 31 de maio de 2024.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

O CPV totalizou R\$ 2.764,3 milhões no exercício de 2024, representando 75% da receita líquida (73% em 2023). O aumento do percentual do custo sobre a receita líquida reflete principalmente os efeitos da desvalorização cambial do real frente ao dólar, sendo que aproximadamente 90% da matéria-prima utilizada pela Companhia é importada, e o mix de produtos.

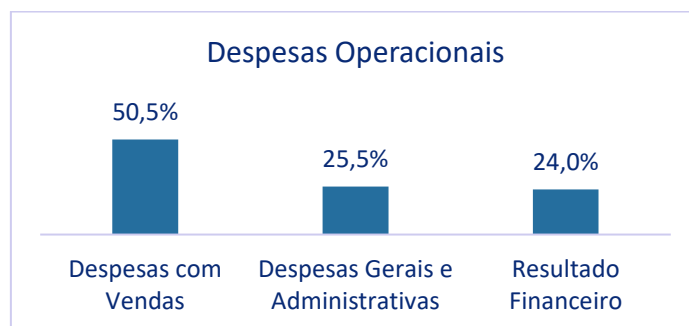
Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 924,0 milhões no exercício de 2024, redução de 13% em relação ao ano de 2023, representando de 25,1%, da receita líquida do ano, redução de 2,0 p.p. em relação a 2023. A redução na margem bruta está relacionado principalmente ao mix de produtos, e impacto da desvalorização cambial no custo de produção.

Despesas (Receitas) Operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro						
	2024		2023		Variação	
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ milhões	% ROL	R\$ milhões	% ROL	Var%	Var. p.p
Despesas com Vendas	436,3	11,8%	496,2	12,6%	-12,1%	-0,8 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	220,8	6,0%	216,2	5,5%	2,1%	0,5 p.p.
Outras Despesas (Receitas)	(50,3)	-1,4%	(165,0)	-4,2%	-69,5%	2,8 p.p.
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	606,8	16,5%	547,4	13,9%	10,9%	2,5 p.p.
Resultado Financeiro	207,4	5,6%	254,4	6,5%	-18,5%	-0,9 p.p.
Total	814,2	22,1%	801,8	20,4%	1,5%	1,7 p.p.

Em 2024 as despesas com vendas representaram 50,5% das despesas operacionais (51,3% em 2023), excluindo-se o resultado obtido com outras receitas operacionais, sendo o principal componente desse grupo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.



Em 2024 as despesas operacionais antes do resultado financeiro e excluindo-se o resultado obtido com outras receitas operacionais, representou 17,8% da receita líquida, em 2023 18,1%. Os dados demonstram estabilidade, efeito do rigoroso controle de gastos da Companhia.

Despesas com Vendas

Exercício findo em 31 de dezembro						
	2024		2023		Variação	
Despesas com Vendas	R\$ milhões	% ROL	R\$ milhões	% ROL	Var%	Var. p.p
Marketing e Pessoal	138,8	3,8%	116,4	3,0%	19,2%	0,8 p.p.
Assistência Técnica e Garantia	129,2	3,5%	189,8	4,8%	-31,9%	-1,3 p.p.
Comissões	73,8	2,0%	83,2	2,1%	-11,3%	-0,1 p.p.
Depreciação e Amortização	9,8	0,3%	5,4	0,1%	81,5%	0,1 p.p.
Outros	84,7	2,3%	101,4	2,6%	-16,5%	-0,3 p.p.
Total	436,3	11,8%	496,2	12,6%	-12,1%	-0,8 p.p.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 436,3 milhões no exercício de 2024, representando 11,8% da receita líquida, 12,6% em 2023, queda de 0,8 p.p, impactado principalmente por menores gastos com garantia e assistência técnica devido ao mix de produtos vendidos.

Despesas Gerais e Administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2024		2023		Variação	
Despesas Gerais e Administrativas	R\$ milhões	% ROL	R\$ milhões	% ROL	Var%	Var. p.p
Pessoal e Remuneração dos Administradores	106,8	2,9%	111,1	2,8%	-3,9%	0,1 p.p.
Depreciação e Amortização	25,1	0,7%	27,8	0,7%	-9,7%	0,0 p.p.
Outros	88,9	2,4%	77,3	2,0%	15,0%	0,4 p.p.
Total	220,8	6,0%	216,2	5,5%	2,1%	0,5 p.p.

As despesas gerais e administrativas registraram R\$ 220,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 2,1% em relação ao exercício de 2023. O aumento está relacionado a expansão da operação com aquisição da Positivo S+ e inflação.

Outras Receitas e despesas operacionais

A linha de outras receitas e despesas operacionais apresentou substancial redução no ano devido ao crédito financeiro oriundo dos investimentos em P&D, devido ao menor volume de faturamento a partir da fábrica sediada em Ilhéus, na Bahia, onde há geração do referido crédito. Tal crédito, por exigência da norma contábil, dever ser registrado nesta linha, não integrando o lucro bruto da Companhia. O faturamento registrado a partir de Ilhéus reduziu significativamente devido à conclusão das entregas de projetos especiais no primeiro trimestre de 2024.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 207,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2024, uma melhora em relação a 2023, decorrente da gradual melhora no perfil de endividamento da Companhia.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Lucro Líquido

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 85,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2024, redução em relação ao resultado do exercício de 2023 que apresentou lucro de R\$ 250,9 milhões. A variação é reflexo principalmente da redução de 6,1% na receita líquida da Companhia, impacto da desvalorização cambial no custo dos insumos e mix de produtos.

Comparação das principais contas patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro

Em milhares de Reais	31/12/2024	AV¹	31/12/2023	AV¹	AH²
ATIVO					
Circulante	2.967.747	66,44%	3.575.173	78,03%	-16,99%
Caixa e equivalente de caixa	566.929	12,69%	591.375	12,91%	-4,13%
Contas a receber	860.937	19,27%	1.326.360	28,95%	-35,09%
Estoques	1.096.246	24,54%	1.256.483	27,42%	-12,75%
Impostos a recuperar	301.400	6,75%	304.370	6,64%	-0,98%
Adiantamentos diversos	50.857	1,14%	53.523	1,17%	-4,98%
Crédito de instrumentos financeiros	21.658	0,48%	0	0,00%	n/a
Contas a receber com partes relacionadas	27.037	0,61%	12.382	0,27%	118,36%
Outros créditos	42.683	0,96%	30.680	0,67%	39,12%
Não circulante	1.499.240	33,56%	1.006.660	21,97%	48,93%
Realizável a longo prazo	765.802	17,14%	502.346	10,96%	52,45%
Contas a receber	185.092	4,14%	31.972	0,70%	478,92%
Impostos a recuperar	541.119	12,11%	457.924	9,99%	18,17%
Crédito de instrumentos financeiros	35.760	0,80%	0	0,00%	n/a
Tributos diferidos	1.190	0,03%	2743	0,06%	-56,62%
Outros créditos	2.641	0,06%	9.707	0,21%	-72,79%
Permanente	733.438	16,42%	504.314	11,01%	45,43%
Investimentos	256.770	5,75%	226.969	4,95%	13,13%
Imobilizado líquido	155.481	3,48%	146.818	3,20%	5,90%
Intangível líquido	321.187	7,19%	130.527	2,85%	146,07%
TOTAL DO ATIVO	4.466.987	100,00%	4.581.833	100,00%	-2,51%
PASSIVO					
Circulante	1.503.102	33,65%	1.934.265	42,22%	-22,29%
Fornecedores	658.247	14,74%	823.121	17,96%	-20,03%
Empréstimos e financiamentos	341.080	7,64%	694.839	15,17%	-50,91%
Instrumentos financeiros derivativos	1.015	0,02%	17.682	0,39%	-94,26%
Salários e encargos a pagar	105.953	2,37%	50.891	1,11%	108,20%
Passivo de arrendamento	12.455	0,28%	10.225	0,22%	21,81%
Provisões	135.780	3,04%	164.681	3,59%	-17,55%
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.121	0,07%	4.240	0,09%	-26,39%
Tributos a recolher	102.656	2,30%	73.369	1,60%	39,92%
Dividendos a pagar	38.208	0,86%	58.625	1,28%	-34,83%
Receita diferida	21.404	0,48%	11.619	0,25%	84,22%
Contas a pagar com partes relacionadas	1.205	0,03%	2.949	0,06%	-59,14%
Outras contas a pagar	81.978	1,84%	22.024	0,48%	272,22%
Não circulante	1.317.764	29,50%	1.051.141	22,94%	25,37%
Empréstimos e financiamentos	941.744	21,08%	690.894	15,08%	36,31%
Provisões	79.014	1,77%	85.915	1,88%	-8,03%
Tributos a recolher	40.003	0,90%	165.640	3,62%	-75,85%
Passivo de arrendamento	22.731	0,51%	23.137	0,50%	-1,75%
Provisão para contingências	206.836	4,63%	48.113	1,05%	329,90%
Outras contas a pagar	27.436	0,61%	37.442	0,82%	-26,72%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.646.121	36,85%	1.596.427	34,84%	3,11%
Capital Social	721.670	16,16%	721.670	15,75%	0,00%
Reserva de capital	122.258	2,74%	122.382	2,67%	-0,10%
Reserva de lucros	820.122	18,36%	779.421	17,01%	5,22%
Ações em tesouraria	-21.203	-0,47%	-17.493	-0,38%	21,21%
Ajuste de avaliação patrimonial	-7.018	-0,16%	-18.580	-0,41%	-62,23%
Participação de não Controladores	10.292	0,23%	9.027	0,20%	14,01%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.466.987	100,00%	4.581.833	100,00%	-2,51%

ATIVO Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 2.968 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 16,99% em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando o circulante registrava R\$ 3.575 milhões. Dentre as maiores variações, destacam-se os grupos de Caixa e Equivalentes, Contas a Receber, Estoques, conforme explicações abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de caixa e equivalentes foi de R\$ 566,9 milhões, inferior em 4,13% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023, quando as disponibilidades totalizavam R\$ 591,4 milhões. O redução está ligada a amortização do dívida da Companhia, amenizada pela geração de caixa operacional.

Contas a Receber

A conta de contas a receber totalizou R\$ 860,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 35,09% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando as contas a receber totalizaram R\$ 1.326 milhões. A rubrica representou 19,27% do ativo em 31 de dezembro de 2024. A redução se deve ao menor faturamento da Companhia e o recebimento dos saldos provenientes de projetos especiais em aberto no final do exercício de 2023.

Estoques

A conta de estoques totalizou R\$ 1.096 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 12,75% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando os estoques totalizaram R\$ 1.256 milhões. A conta de estoques representou 24,54% do ativo em 31 de dezembro de 2024. A redução se deve principalmente a conclusão do projeto de urnas eletrônicas, cujas entregas ocorreram substancialmente até o final do primeiro trimestre de 2024.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2024 o ativo não circulante registrou R\$ 1.499 milhões, elevação de 48,93% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando o ativo não circulante registrou R\$ 1.006 milhões. O aumento deve-se principalmente ao contas a receber de HaaS, com prazos de recebimento de até 60 meses, e tributos a recuperar que a Administração espera realizar em um período superior a doze meses do encerramento do exercício.

PASSIVO Circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante totalizou R\$ 1.503 milhões, redução 22,29% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando o passivo circulante registrou R\$ 1.934 milhões. As contas que apresentaram variações mais relevantes foram Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, tributos a recolher e salários e encargos.

Fornecedores

A conta de fornecedores registrou R\$ 658 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 20% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023, de R\$ 823 milhões. Esta conta representou 14,7% do passivo em 31 de dezembro de 2024 e 17,9% em 31 de dezembro de 2023. A variação é decorrente do pagamento de fornecedores de insumos para atendimento do forecast de vendas do primeiro trimestre de 2024.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 341,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 50,91% em relação aos R\$ 694,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2023. A redução se deve a amortização de empréstimos e alongamento do perfil da dívida.

Tributos a recolher

O saldo de tributos a recolher totalizou R\$ 102,6 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 39,9% em relação aos R\$ 73,4 milhões em 31 de dezembro de 2023. A variação decorre da consolidação dos saldos da controlada Positivo S+ adquirida em maio de 2024, parcelamento de tributos previdenciários e débito de IPI com pedido de compensação homologada em janeiro de 2025.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos registrou R\$ 105,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 108,20% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023, de R\$ 50,9 milhões. A variação decorre substancialmente da consolidação dos saldos da controlada Positivo S+ Soluções em TI S.A., incluindo suas subsidiárias no exterior Algar Tech S.A. de C.V. “Algar México”, Algar Tecnologia S.A.S. “Algar Colômbia” e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina “Algar Argentina”; adquiridas em 31 de maio de 2024.

Não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 1.317 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 25,37% em relação ao saldo de R\$ 1.051 milhões observado em 31 de dezembro de 2023. A variação é decorrente da estratégia de alongamento do perfil da dívida bancária da Companhia.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.646,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 3,11% em relação ao valor de R\$ 1.596,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2024. A variação é decorrente do lucro do exercício de 2024.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A maior parte da receita da Companhia provém da venda de dispositivos, como computadores de mesa (desktops), computadores portáteis (notebooks e netbooks), servidores, telefones celulares (feature phones e smartphones), máquinas de pagamento e tablets. Uma parte menor é proveniente do segmento de Tecnologia Educacional, com serviços, hardware e softwares, como portais e mesas educacionais para instituições de ensino das redes pública e particular.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações têm sido influenciados por fatores como o nível do emprego e da renda da população, a confiança do consumidor, a disponibilidade de crédito, o ambiente competitivo da indústria de PCs e celulares e a taxa de câmbio.

Indicadores	2024	2023	2022	Var. % 2024x2023	Var. % 2024x2022
Taxa de desemprego - RMSP ¹	6,9%	7,7%	8,9%	-10,4%	-22,5%
População ocupada - RMs ²	60,9%	59,8%	57,2%	1,8%	6,5%
Rendimento real efetivo - RMs ²	3.226,00	2.979,00	2.728,00	8,3%	18,3%
Confiança do consumidor	91,30	93,20	88,00	-2,0%	3,7%
Crédito à pessoa física (R\$ bi)	3.962,71	3.522,21	3.187,78	12,5%	24,3%
Taxa de câmbio - fim do período - R\$/US\$ (4)	6,19	4,84	5,22	27,9%	18,6%
Taxa de câmbio - média - R\$/US\$ (4)	5,47	5,00	5,14	9,6%	6,5%

¹ Fonte: Seade. Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Compreende desemprego o culto (trabalho precário e desemprego por desalento) e desemprego aberto.

² Fonte: IBGE. Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

³ Fonte: FGV. Base:100

⁴ Fonte: BCB

O mercado de computadores brasileiro apresentou crescimento de 0,8% em 2024 em relação ao ano anterior. Esse crescimento modesto se deu pela renovação de máquinas e aumento no custo de insumos. Na comparação entre 2023 e 2022, o mercado havia caído -10,2%.

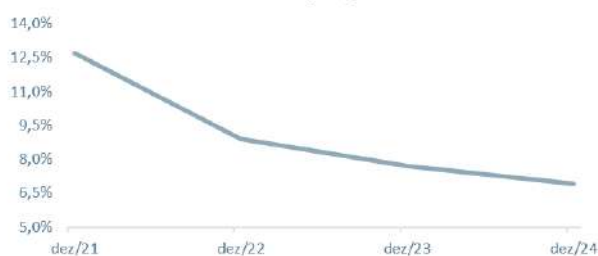
O mercado de celulares em 2024 apresentou crescimento de 3,1% em relação ao ano anterior, após queda apresentada por este mercado entre 2023 e 2022 de -6,7%, além de queda em relação aos anos anteriores.

Estão destacados, a seguir, os principais fatores que afetaram materialmente as receitas operacionais da Companhia:

Nível de emprego e de renda da população

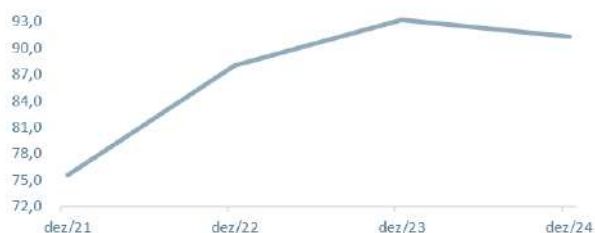
A taxa de desemprego em Dez/24 atingiu o menor valor no período 6,9%, recuperando-se do crescimento em 2020 com início da pandemia de covid-19 no Brasil. O Índice de Confiança do Consumidor chegou em 2024 aos 91,3 pontos, apresentando uma piora de -2,0% em relação a 2023, quando o índice estava em 93,2 pontos.

Taxa de Desemprego - RMSP



Fonte: Seade

Índice de Confiança do Consumidor



Fonte: FGV

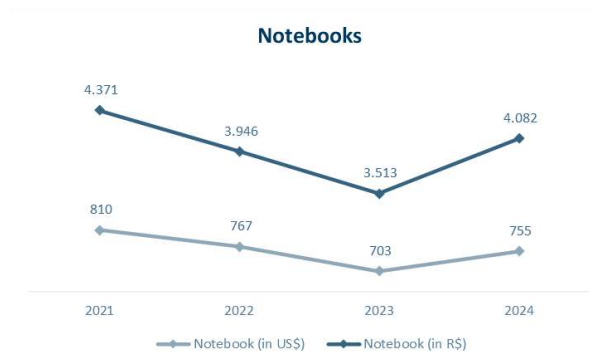
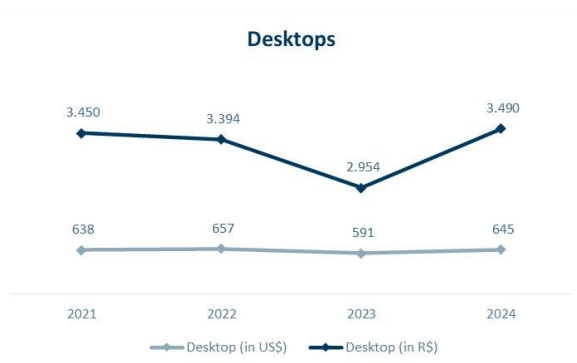
Disponibilidade de crédito

Em 2023, com um cenário de recuperação do período de pandemia do Covid-19 a oferta de crédito para pessoas físicas era de R\$ 3.522 bilhões, quando comparado a 2024 notamos um aumento de 12,5% atingindo a marca de R\$ 3.963 bilhões. Esta dinâmica favorece especialmente as classes de renda mais baixa, enquanto as redes varejistas são uma das principais ofertantes de crédito a estas classes.

Preços

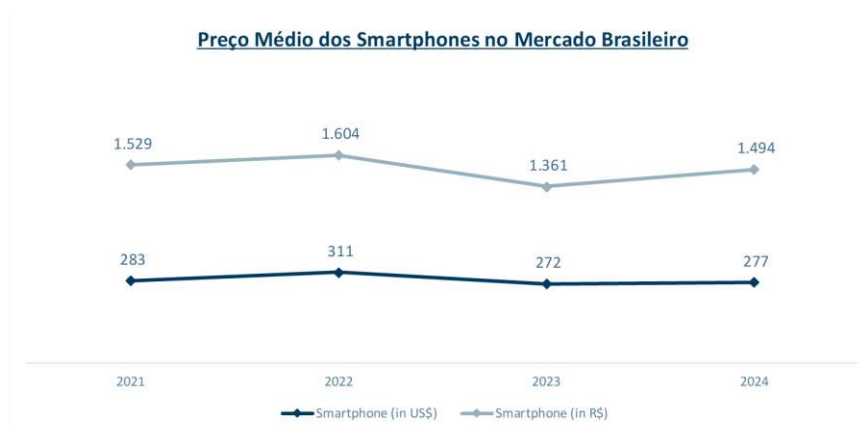
Considerando que cerca de 90% do custo de um computador é atrelado ao Dólar, a taxa de câmbio representa um dos principais indicadores para a precificação no mercado de computadores. Entre 2023 e 2024 o preço médio de desktops no Brasil teve aumento de 18,2%, devido ao aumento de custos dos insumos. Os notebooks apresentaram aumento de 16,2%, também influenciado pelo aumento no custo dos insumos.

Preço Médio dos PCs no Mercado Brasileiro



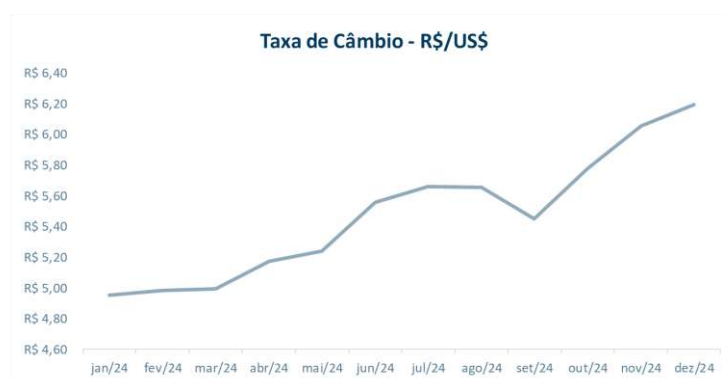
Fonte: IDC

Para os smartphones, houve aumento de 9,8% no preço médio em 2024 ante 2023.



Fonte: IDC

Em 2024, houve uma forte piora no dólar mantendo a média próxima aos R\$5,50, um aumento de 9,6% quando comparado a média de 2023, apresentando uma piora ainda mais significativa no fechamento, atingindo 6,19 ao fim do período, sua maior cotação.



(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Estão apresentadas a seguir as análises das variações de receitas consolidadas atribuíveis a alterações nos níveis de preços e volumes de venda entre os exercícios sociais de 2023 e 2024. Cumpre destacar que a precificação dos produtos eletrônicos é significativamente influenciada pela taxa de câmbio, uma vez que cerca de 90% do custo é atrelado ao Dólar. Adicionalmente, a Companhia busca refletir em sua precificação a variação de seus custos fixos causada pela inflação.

Análise 2024 x 2023:

Volume de Vendas

No ano de 2024, o volume consolidado de dispositivos vendidos atingiu 1,7 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 0,76 milhões de equipamentos, redução de 11% em relação a 2023. As vendas de celulares atingiram 0,95 milhões de aparelhos, redução de 12%.

Volume de Vendas (unidades)	2024	2023	Var. % 2024x2023
PCs Total	757.649	848.894	-11%
Desktops	149.034	271.188	-45%
Notebooks	608.615	577.706	5%
PCs por Canal	757.649	844.136	-10%
Consumer	355.046	334.219	6%
Licitações	295.077	411.174	-28%
Corporativo	107.526	98.743	9%
Telefones Celulares	952.903	1.083.122	-12%
Smartphones	539.012	609.007	-11%
Feature Phones	413.891	474.115	-13%

Preços Médios

Preço Médio ¹	2024	2023	Var. % 2024x2023
Computadores Positivo			
Dólar Médio do Período²	5,39	5,00	7,9%
Desktops			
Em R\$	2.976,7	2.991,0	0%
Em US\$	552,1	598,7	-8%
Notebooks			
Em R\$	2.230,6	2.265,1	-2%
Em US\$	413,7	453,4	-9%
Telefones Celulares			
Em R\$	462,4	434,9	6%
Em US\$	85,7	87,0	-1%

¹ Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.

² Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou queda de 0,5% em relação ao período anterior, devido a mudança no mix de produtos. O preço médio em Reais dos notebooks reduziu 2% no período.

Os telefones celulares registraram aumento no preço médio em Reais de 6%, em função da maior proporção de vendas de smartphones e entrada de novos produtos de maior valor, como os celulares Infinix.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

	Exercício findo em				Variação	
	2024		2023		Var. %	Var. p.p.
Custo dos Produtos Vendidos	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida		
Matéria Prima e Insumos	2.371,0	64,3%	2.675,7	68,1%	-11,4%	(3,9 p.p.)
Depreciação e Amortização	22,4	0,6%	22,7	0,6%	-1,2%	0,0 p.p.
Outros	165,7	4,5%	165,7	4,2%	0,0%	0,3 p.p.
Total	2.764,3	74,9%	2.864,1	72,9%	-3,5%	2,0 p.p.

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 64,3% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, redução de 3,9 p.p. em relação ao ano de 2023. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados, principalmente serviços gerenciados de TI executados pela Positivo S+ Soluções em TI S.A e suas subsidiárias na América Latina.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 4,5% da receita líquida em dezembro de 2024, um aumento de 0,3 p.p. em relação a dezembro de 2023.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	Exercício findo em					
	2023		2023		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	114,1	3,1%	104,3	2,8%	9,4%	0,3 p.p.
Despesas Financeiras	(272,4)	-7,4%	(325,4)	-8,8%	-16,3%	1,4 p.p.
Variação Cambial *	(49,1)	-1,3%	(33,3)	-0,9%	47,5%	(0,4 p.p.)
Total	(207,4)	-5,6%	(254,4)	-6,9%	-18,5%	1,3 p.p.

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2024, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 207,4 milhões, o que representa uma melhora de 1,3 p.p. em relação a 2023.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

Custo dos Produtos Vendidos	Exercício findo em					
	2023		2022		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	2.675,7	68,1%	3.616,0	72,4%	-26,0%	(4,3 p.p.)
Depreciação e Amortização	22,7	0,6%	21,7	0,4%	4,5%	0,2 p.p.
Outros	165,7	4,2%	158,7	3,2%	4,4%	1,0 p.p.
Total	2.864,1	72,9%	3.796,5	76,0%	-24,6%	(3,1 p.p.)

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 68,1% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, redução de 4,3 p.p. em relação ao ano de 2022. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda do mercado corporativo e projetos especiais.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 4,2% da receita líquida em dezembro de 2023, um aumento de 1 p.p. em relação a dezembro de 2022.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	Exercício findo em				Variação	
	2023		2022		Var. %	Var. p.p.
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida		
Receitas Financeiras	104,3	2,7%	86,4	1,7%	20,7%	1,0 p.p.
Despesas Financeiras	(325,4)	-8,3%	(357,6)	-7,2%	-9,0%	(1,1 p.p.)
Variação Cambial *	(33,3)	-0,8%	(46,8)	-0,9%	-28,9%	0,1 p.p.
Total	(254,4)	-6,5%	(318,1)	-6,4%	-20,0%	(0,1 p.p.)

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2023, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 254,4 milhões, o que representa uma piora de 0,1 p.p. em relação a 2022.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Análise 2022 x 2021:
Volume de Vendas

No ano de 2022, o volume consolidado de dispositivos vendidos sob a marca Positivo atingiu 1,6 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 0,9 milhões de equipamentos, queda de 21% em relação a 2021. As vendas de celulares atingiram 0,8 milhões de aparelhos, redução de 44%.

Volume de Vendas (unidades)	2022	2021	Var. % 2022x2021
PCs Total	884.686	1.123.192	-21%
Desktops	294.974	123.808	138%
Notebooks	589.712	999.384	-41%
PCs por Canal	884.686	1.123.192	-21%
Varejo	316.597	614.882	-49%
Licitações	429.745	380.786	13%
Corporativo	138.344	127.524	8%
Telefones Celulares	778.416	1.108.916	-30%
Smartphones	425.307	627.532	-32%
Feature Phones	353.109	481.384	-27%

Preços Médios

Preço Médio ¹ Computadores Positivo	2022	2021	Var. % 2022x2021
Dólar Médio do Período²	5,14	5,40	-4,8%
Desktops			
Em R\$	4.451,5	3.817,6	17%
Em US\$	866,3	707,0	23%
Notebooks			
Em R\$	2.633,0	2.079,1	27%
Em US\$	512,4	385,0	33%
Telefones Celulares			
Em R\$	419,2	357,0	17%
Em US\$	81,6	66,1	23%

¹ Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.

² Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou elevação de 17% em relação ao período anterior, devido a mudança no mix de produtos. O preço médio em Reais dos notebooks aumentou 27% no período.

Os telefones celulares registraram aumento no preço médio em Reais de 17%, em função da maior proporção de vendas de smartphones e entrada de novos produtos de maior valor.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

	Exercício findo em					
	2022		2021		Variação	
Custo dos Produtos Vendidos	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	3.616,0	72,4%	2.480,1	73,7%	46%	-1,3 p.p
Depreciação e Amortização	21,7	0,4%	12,1	0,4%	80%	0,1 p.p
Outros	158,7	3,2%	104,7	3,1%	52%	0,1 p.p
Total	3.796,5	76,0%	2.596,9	77,2%	46%	-1,1 p.p

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 72,4% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, redução de 1,3 p.p. em relação ao ano de 2021. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda do mercado corporativo e projetos especiais.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 3,2% da receita líquida em dezembro de 2022, um aumento de 0,1 p.p. em relação a dezembro de 2021.

Resultado Financeiro

	Exercício findo em					
	2022		2021		Variação	
Resultado Financeiro	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	86,4	1,7%	43,7	1,3%	98%	0,4 p.p
Despesas Financeiras	(357,6)	-7,2%	(158,8)	-4,7%	125%	-2,4 p.p
Variação Cambial*	(46,8)	-0,9%	20,2	0,6%	-332%	-1,5 p.p
Total	(318,1)	-6,4%	(94,9)	-2,8%	235%	-3,6 p.p

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2022, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 318,1 milhões, o que representa uma piora de 3,6 p.p. em relação a 2021, decorrente do aumento da taxa de juros no país ao longo do período.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009 (conversão, em lei, da MP 449/08), que alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram novas regras contábeis aplicáveis a esta espécie de sociedade, como a Companhia, com o objetivo de convergência com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a partir da aprovação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as alterações e inclusões a partir dos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverão ser aplicados, quando necessários.

A Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos CPC 47 - Receita de contrato com cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a adoção destas normas não apresentou impactos relevantes sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas.

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, o qual introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante.

Após 2019, não existiram alterações significativas nas práticas contábeis que afetassem as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia entende que os principais efeitos decorrentes de alterações nas práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de, 2024, 2023 e 2022, são os abaixo elencados, visto que as demais alterações na adoção inicial das práticas contábeis trazidas pela Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, já estão refletidas nos exercícios anteriores.

Efeitos na Demonstração de Resultados:

Arrendamento mercantil (CPC 06 R2): Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC – 06 – Operações de arrendamento mercantil, que determina que todos os contratos de arrendamento mercantil e suas correspondentes obrigações devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. O valor do ativo de direito de uso deve ser depreciado ao longo da vida útil estimada (vigência do contrato) e cessado quando do ajuste por redução ao valor recuperável, ou quando

ocorrer o cancelamento do contrato. Com a mudança na norma contábil a partir de 2019, a Companhia deixa de registrar a despesa com aluguel, e passou a incorrer em despesas de depreciação e de juros implícitos nos contratos.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer de auditoria referente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 não possui ressalvas e ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades da Companhia durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante em suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2018, a Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. (“Accept”). A Accept apresentou receita líquida de R\$ 155,1 milhões em 2024 e atua com foco na fabricação e venda de servidores e storages, além de soluções clientes, como Mini PCs, thin clients e desktops.

Em 31 de julho de 2023 a Companhia celebrou contrato de aquisição da totalidade das quotas da SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. (“Securicenter”), distribuidora de equipamentos e soluções para o segmento de segurança eletrônica no país. A Securicenter apresentou receita líquida de R\$ 32,8 milhões em 2024.

Em 31 de maio de 2024, a Companhia concluiu, através de sua controlada direta, Positivo Smart Tecnologia Ltda., a aquisição da totalidade das ações da Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. Consultoria S.A.), incluindo suas subsidiárias no exterior: Algar Tech S.A. de C.V. “Algar México”, Algar Tecnologia S.A.S. “Algar Colômbia” e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina “Algar Argentina”, todas atuantes nas atividades de serviços gerenciais de tecnologia da informação, incluindo gestão de infraestrutura de T.I., gerenciamento de nuvem e segurança da informação. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, é de R\$ 235.000, sendo R\$ 190.000 (R\$ 159.123, líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos) pagos na data da aquisição e preço complementar (earn-out) de R\$ 45.000, a ser liquidado em parcela única, corrigida pela variação do CDI a partir da data de fechamento, até a data do seu pagamento em 31 de maio de 2025. No período em que a Companhia adquiriu o controle, junho a dezembro de 2024, a Positivo S+ apresentou receita líquida de R\$ 257,7 milhões.

(c) Eventos ou operações não usuais

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

- informar o valor das medições não contábeis
- fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
- explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Apresentamos, a seguir, as seguintes medições não contábeis, contemplando sua conciliação com os valores constantes das demonstrações financeiras nos períodos em questão: “EBITDA”, “Margem EBITDA”, “Dívida Líquida” e “Endividamento”.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O cálculo do EBITDA não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, nem uma prática adotada pelas IFRSs, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA utilizada por outras companhias.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido	85.038	250.882	306.357
Depreciação e amortização	57.417	56.230	49.891
Imposto de renda e contribuição social	17.098	3.269	627
Resultado financeiro	207.374	254.426	318.111
EBITDA	366.927	564.807	674.986
Margem EBITDA*	9,95%	14,38%	13,52%

*Ebitda dividido pela receita líquida

DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida é uma medida não contábil, definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos).

A Dívida Líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade da Companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima). A Dívida Líquida não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	1.282,8	1.385,7	1.531,9
(-) Caixa e equivalentes	(566,9)	(591,4)	(426,5)
Derivativos Swap	(50,6)	30,4	(0,2)
Dívida líquida	665,3	824,7	1.105,2

A dívida líquida demonstra a capacidade da Companhia em honrar seu endividamento frente a sua geração de caixa. Como a Companhia trabalha com caixa mais elevado, entendemos ser o melhor índice para avaliação da alavancagem e do acompanhamento da dívida.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento é uma medida não contábil utilizada pela Companhia, que leva em consideração a dívida líquida da Companhia, dividida pelo seu patrimônio líquido. Abaixo apresentamos os índices de endividamento da Companhia:

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Dívida líquida	665,3	824,7	1.105,2
Patrimônio líquido consolidado	1.646,1	1.596,4	1.406,3
Índice de endividamento líquido	40,4%	51,7%	78,6%

A Companhia entende que se trata de um indicador importante para avaliação e acompanhamento do seu nível de alavancagem frente a sua geração de caixa, além de auxiliar no monitoramento do endividamento da Companhia, que trabalha com caixa mais elevado. O grau de endividamento não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em 05 de março 2025 foi comunicado ao mercado, o início da oferta pública da primeira emissão de cotas do “Positivo Tec. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais de Responsabilidade Limitada.”, classe única, no montante de até R\$ 215.800, sendo 151.000 cotas Seniores, 54.000 cotas subordinadas Mezanino e 10.800 cotas subordinadas Júnior, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil Reais) cada uma. As Cotas foram distribuídas pelo Coordenador Líder e foram destinadas exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Investidores Profissionais” e “Resolução CVM nº 30”, respectivamente).

Aquisição de investimentos

Em 31 de maio de 2024, a Companhia concluiu, através de sua controlada direta, Positivo Smart Tecnologia Ltda., a aquisição da totalidade das ações da Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. Consultoria S.A.), incluindo suas subsidiárias no exterior: Algar Tech S.A. de C.V. “Algar México”, Algar Tecnologia S.A.S. “Algar Colômbia” e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina “Algar Argentina”, todas atuantes nas atividades de serviços gerenciais de tecnologia da informação, incluindo gestão de infraestrutura de T.I., gerenciamento de nuvem e segurança da informação. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, é de R\$ 235.000, sendo R\$ 190.000 pagos na data da aquisição e preço complementar (earn-out) de R\$ 45.000, a ser liquidado em parcela única, corrigida pela variação do CDI a partir da data de fechamento, até a data do seu pagamento em 31 de maio de 2025. O pagamento da parcela complementar (earn-out) estava condicionado ao atingimento pela adquirida, de receita líquida recorrente no exercício de 2024 de R\$ 345.550, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nos critérios estabelecidos, a adquirida apresentou receita líquida recorrente superior ao mínimo estabelecido, sendo, portanto, devida a parcela complementar.

Na operação foi gerado ágio preliminar fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente aos ativos da adquirida nos valores de R\$ 80.493 e R\$ 55.300, respectivamente.

2.7 Destinação de resultados

Período	Exercício Social Encerrado em 31.12.2024
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. Atendida a distribuição de dividendos do exercício, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
a.i. Valores das retenções de lucros	R\$ 42.198 mil
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	53%
b. regras sobre distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução relativa à constituição da reserva legal, destinar-se-ão 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. A Companhia pode deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. Adicionalmente, pode pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, <i>ad referendum</i>, da AGO que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. Tanto os dividendos intercalares quanto os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Anual
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, estando a regra sobre a destinação de resultados prevista no Capítulo IV do seu Estatuto Social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos ou passivos relevantes detidos pela Companhia que não estejam demonstrados em seu balanço patrimonial, nos anos 2024, 2023 e 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para usufruir dos benefícios concedidos pela Lei de Informática (Lei 8.248/1991 e suas alterações), a Companhia deve investir anualmente cerca de 4% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação, calculados de acordo com a referida lei. Os investimentos em P&D configuram oportunidade para a Companhia aprimorar seu posicionamento no processo competitivo, uma vez que esta direciona tais recursos para o desenvolvimento de novos produtos, funcionalidades, tecnologias, conteúdos digitais e serviços, contribuindo para sustentabilidade de seu negócio. Tais recursos foram aplicados nos últimos dois exercícios principalmente em projetos internos de transformação digital e eficiência operacional, nas áreas da indústria, de serviços e de sustentabilidade. Assim como, potencializando nossas soluções para o mercado consumidor, corporativo, instituições públicas, soluções de pagamento e tecnologia educacional, incorporando novas funcionalidades e recursos avançados de segurança cibernética e inteligência artificial. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P.), na qual utiliza parte dos recursos no fomento do ecossistema de desenvolvimento e inovação tecnológica do país e aceleração de Startups, assim como participação em Fundos Multicotistas. Encerrou em 2024 com R\$ 15 milhões e R\$ 3,4 milhões, respectivamente, destinados ao programa. Cabe destacar que os projetos de Startups são de cunho estratégico e com resultados ainda marginais no resultado consolidado da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para a realização dos investimentos mencionados, a Companhia pretende utilizar recursos próprios, buscar linhas de crédito junto a instituições financeiras, utilizar os recursos relativos à linha de crédito aberta junto ao BNDES para atividades inovadoras, bem como da Finep.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevantes em andamento ou previstos para os próximos anos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há expectativa de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, que já tenha sido divulgada.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos

Além dos investimentos indicados como atividades de pesquisa e desenvolvimento ao longo deste documento, não há novos produtos ou serviços em desenvolvimentos que já não tenham sido divulgados.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

De forma a organizar nossos esforços e potencializar nosso impacto positivo, evoluímos em o processo de revisão e alinhamento de nossas iniciativas ESG à estratégia do negócio. O processo consistiu em: (i) diagnóstico da maturidade atual da Companhia na agenda ESG, (ii) identificação de stakeholders, (iii) definição da matriz de materialidade e, principalmente, (iv) aprovação junto ao conselho de administração dos pilares que nortearam nossas iniciativas de ESG.

Foram aprovados cinco pilares ESG estratégicos da Positivo Tecnologia:

- Cultura e Pessoas
- Governança Sustentável
- Educação para Empoderamento e Inclusão Digital
- Jornada da Economia Circular
- Eficiência Energética e Redução de Emissões da Empresa e como oferta aos clientes

No ano de 2024, avançamos em nossa jornada, estabelecendo compromissos e metas específicas para cada um dos pilares de ESG e desenvolvendo indicadores de desempenho que permitirão uma análise criteriosa de nosso progresso, nos próximos anos. Esses compromissos e metas assim como os indicadores estão alinhados com nossa matriz de materialidade e estratégia de diversificação da companhia, garantindo suporte para nossos negócios e sendo base de sustentação de uma gestão eficaz, transparente, sustentável e humana da companhia.

 Cultura e Pessoas	 Governança Sustentável	 Educação para Empoderamento e Inclusão Digital	 Jornada da Economia Circular	 Eficiência Energética e Redução de Emissões da Empresa e como oferta aos clientes
• Compromisso de implementar políticas e programas que acelerem uma cultura de segurança e de diversidade e inclusão, e possibilitem maior diversidade em nossa liderança. • Compromisso de oferecer e manter acesso a 100% dos nossos funcionários, à programas de suporte ao bem estar físico e emocional, até 2027.	• Compromisso de aprimorar as estruturas e processos organizacionais para identificação e gerenciamento de impactos, riscos e oportunidades sociais, ambientais e de governança, incluindo a realização de diagnósticos e avaliações independentes e acompanhamento do desempenho nessas áreas pelo CA. • Compromisso de atingir e manter uma taxa de conclusão de treinamento superior a 98% até 2027, na formação anual de Integridade e Segurança da Informação para os funcionários ativos e o CA. • Compromisso de incentivar e dar suporte aos nossos principais fornecedores para que estabeleçam e divulguem suas metas ESG até 2027.	• Compromisso de usar a tecnologia para Impulsionar vidas, organizações e o mundo . • Compromisso de até 2027, aumentar a média de horas treinamento de funcionários em 20% e até 2030 em 50% (Baseline 2023). • Compromisso de desenvolver parcerias que estimulem e forneçam capacitação digital às comunidades nas cidades/estados onde possuímos unidades fabris até 2027. • Compromisso de nossos 3 sites de operações no Brasil de desenvolver parcerias com instituições do terceiro setor e ICTS para fomentar ações de voluntariado e contribuição para redução da desigualdade de até 2027.	• Compromisso em atingir a certificação ZERO WASTE em 60% de nossas operações fabris até 2030. • Compromisso de fomentar a expansão nossa oferta de soluções de extensão da vida útil de produtos para nossos clientes, até 2030.	• Compromisso de atingir 100% de uso de energias de fontes renováveis em nossas operações fabris até 2027. • Compromisso de neutralizar nossas emissões anuais Escopo 1 e 2 até 2030. • Compromisso de oferecer Neutralidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs) referentes aos nossos serviços para todos os segmentos de Clientes (PF e PJ) até 2030.

Complementarmente, a Companhia destaca algumas ações de sustentabilidade e exemplos de inovações no modelo de negócios já alinhados com as melhores práticas ASG. Hoje mais de 80% da energia usada em nossas operações fabris no Brasil são adquiridas de fontes renováveis certificadas (IREC), assim como a companhia foi uma das primeiras a oferecer produtos de TI na modalidade de Hardware as a Service (HaaS) e Refurbished Hardware as a Service (RHaaS), que estendem o ciclo de vida dos equipamentos e torna os dispositivos mais acessíveis. Outra iniciativa pioneira foi o programa Zero Carbon,

que oferece a possibilidade de compensação das emissões pelo uso dos dispositivos a nossos clientes corporativos e os auxilia em suas próprias jornadas ESG.

Destacamos também que no ano de 2024, completamos o nosso primeiro inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa, abrangendo os escopos 1, 2 e 3, padrão Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol e alcançamos uma importante conquista ao recebermos a classificação de sustentabilidade EcoVadis Ouro, nos posicionando entre as 5% empresas mais sustentáveis globalmente e reconhecendo nossos esforços contínuos em promover práticas empresariais socialmente responsáveis, éticas e sustentáveis.

Além disso, nos tornamos signatários Pacto Global da ONU, demonstrando apoio aos seus 10 princípios universais nas áreas de direitos humanos, Trabalho, Meio ambiente e Anticorrupção.

Mais informações podem ser consultadas em nosso relatório de sustentabilidade <https://ri.positivotecnologia.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais

-*-*-

Anexo II

**Proposta da Administração e Manual para Assembleia
Geral, a ser realizada em 30 de abril de 2025**

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

v.2 24 de abril de 2025



POSI
B3 LISTED NM

ANEXO II**Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício**

(Anexo A da Resolução CVM nº 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 80.377.147,92 (oitenta milhões, trezentos e setenta e sete mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da Administração é de distribuir R\$ 38.179.145,26 (trinta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos), relativos ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 na forma de dividendos. Considerando o número total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria tendo por data base o dia 28/03/2025, o valor dos dividendos por ação é de R\$ 0,273743043 por ação.

Tal valor por ação poderá ser (re)ratificado em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2025, tendo em vista que a Companhia detém ações de emissão própria em tesouraria e Programa de Recompra vigente, cuja quantidade poderá sofrer alterações até a data de sua realização.

A Companhia informa, ainda, que, exceto quanto ao valor dos dividendos propostos para aprovação da Assembleia, conforme indicado acima, não foram distribuídos outros valores a título de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os R\$ 38.179.145,26 (trinta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos) a serem distribuídos, após realizada a destinação de 5% (cinco por cento) atribuídos para a constituição da reserva legal e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, é representativo de 50% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável. A Companhia não realizou distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Base - Exercício social encerrado em 31/12/2024			
Tipo de Ação	Percentual no Capital Total da Companhia	Valor total dos dividendos propostos	Valor bruto dos dividendos por ação ¹
Ordinária	100%	38.179.145,26	0,273743043

¹ Considera a exclusão de 2.329.258 ações detidas em tesouraria em data de 28/03/2025. O valor por ação poderá ser (re)ratificado em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2025, tendo em vista que a quantidade de ações em tesouraria poderá sofrer alterações até a sua realização.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos propostos, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, será efetuado em dinheiro, em uma única parcela, sem correção monetária, nos seguintes montantes e datas:

Data	Valor (R\$)	%
30/05/2025	38.179.145,26	100%

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não incidirá atualização e/ou correção monetária.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento

A proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 será aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2025. Os acionistas assim identificados na data da AGO farão jus aos referidos dividendos. As ações serão negociadas ex-dividendos em 02 de maio de 2025.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Base - Exercício social encerrado em 31 de dezembro (em R\$)			
Descrição	2022	2023	2024
Lucro líquido	303.117.608,75	246.757.602,85	80.377.147,92
Lucro líquido por ação	1,428710	2,167273	0,566835

(b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Base - Exercício social encerrado em 31 de dezembro (em R\$)						
	2022		2023		2024	
	Valor Bruto por Ação	Valor líquido por Ação	Valor Bruto por Ação	Valor líquido por Ação	Valor Bruto por Ação	Valor líquido por Ação
Dividendos	0,514055107	0,514055107	0,418109718	0,418109718	0,273743043	0,273743043
Juros sobre Capital Próprio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total por Ação Ordinária	0,514055107	0,514055107	0,418109718	0,418109718	0,273743043	0,273743043

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Houve destinação de lucros à reserva legal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Do total do lucro líquido apurado, o montante de R\$ 4.018.857,40 (quatro milhões, dezoito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) será destinado à reserva legal.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O montante de R\$ 4.018.857,40 (quatro milhões, dezoito mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) destinado à reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais, pois faz parte do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, onde o regulamento determina que as empresas tenham somente ações ordinárias.

(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

(c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada

Classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O [Estatuto Social](#) da Companhia prevê em seu Capítulo VI – Exercício Social e Lucros:

- 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da participação estatutária dos administradores até o limite máximo legal, são atribuídos para a constituição da reserva legal, que não deve exceder 20% (vinte por cento) do capital social; e
- Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução (i) de eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda, (ii) da participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e (iii) da destinação referida no item (a) acima, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os Acionistas.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia está sendo pago integralmente.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não há retenção do dividendo obrigatório.

(a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

(b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

(c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

(c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

(d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

(b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

(b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

(b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**(a) Informar o montante destinado à reserva**

O montante constituído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 na rubrica de reserva de incentivos fiscais foi de R\$ 38.179.145,26 (trinta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

(b) Explicar a natureza da destinação

Os valores registrados nesta conta referem-se a parte do incentivo fiscal de redução de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 1922/2011, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em alíquota efetiva de 0%.

-*-*-

Anexo III

**Proposta da Administração e Manual para Assembleia
Geral, a ser realizada em 30 de abril de 2025**

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

v.2 24 de abril de 2025



POSI
B3 LISTED NM

ANEXO II**Informações Indicadas no Item 8 do Formulário de Referência**

(Seção 8 do Formulário de Referência)

8.1. Política ou prática de remuneração

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia foi formalmente aprovada pelo seu Conselho de Administração, em 25 de abril de 2022 e encontra-se disponível para consulta no site de RI da Companhia: <https://ri.positivotecnologia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-regimentos/>.

A referida Política aplica-se aos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês e de sua Diretoria Estatutária e não estatutária, independentemente da localidade em que se encontram. Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a lei aplicável.

A prática de remuneração da Positivo Tecnologia para seus Administradores tem como principal objetivo atrair e reter profissionais bem qualificados para os cargos estratégicos da Companhia, visando proporcionar à organização elevado nível de desempenho e de alinhamento dos membros destes órgãos aos objetivos da Companhia e de seus acionistas.

Como diretriz geral, a remuneração individual dos Administradores será examinada anualmente pelo Conselho de Administração, observando-se os seguintes critérios:

- valorizar a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, sem, contudo, comprometer o equilíbrio interno e o senso de trabalho em equipe;
- oferecer remuneração compatível com as responsabilidades de cada cargo, de modo a reconhecer diferentes níveis de capacidade para gerar impactos nos resultados da Companhia; e
- considerar os custos e os riscos envolvidos.

¹As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

As propostas de remuneração variável seguem rigorosamente as normas de compliance e ética corporativa, visando garantir a transparência e a equidade em todo o processo de remuneração de nossos colaboradores e líderes. A prática é revisada periodicamente para garantir a conformidade com o mercado e as exigências regulatórias. Nossa política de remuneração variável é atrativa, transparente, ética e segue os mais altos padrões de governança corporativa. Essa abordagem é essencial para a sustentabilidade da Companhia. Para governança, a remuneração variável é apresentada e aprovada ao Comitê de Gente, seguindo para aprovação final do Conselho de Administração. Descrevemos abaixo as políticas de remuneração aplicadas a esses cargos.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta de pagamentos fixos mensais a título de pró-labore, que é anualmente revisada, para compensar seu tempo e esforços investidos na tomada de decisões estratégicas para a Companhia. Há também uma remuneração específica para participação e eventualmente a coordenação de comitê de assessoramento do Conselho de Administração, tais como os Comitês de Comunicação, Gente, Auditoria, etc.. Ainda, podem participar do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, exclusivamente para membros que não sejam acionistas controladores ou parte relacionada destes.

Diretoria estatutária e não estatutária

A remuneração concedida aos membros da Diretoria da Companhia, estatutária e não estatutária, é constituída por uma remuneração mensal fixa, que é competitiva em relação ao mercado e é revisada anualmente para refletir o desempenho da Companhia e o desempenho individual do executivo. Além disso, são elegíveis para perceber remuneração variável paga anualmente, atrelada ao desempenho individual do diretor e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua(s) área(s) e da Companhia, sendo ajustada anualmente para refletir as condições do mercado e as expectativas dos acionistas. Por fim, são elegíveis para participação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, como forma de alinhar seus interesses com os interesses dos acionistas e incentivar o desempenho a longo prazo.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta de pagamentos fixos mensais a título de pró-labore.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

De forma a determinar a remuneração individual dos Administradores, o Conselho de Administração tem como prática o exame anual desta em conjunto com o Diretor Presidente.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A estruturação da remuneração individual dos Administradores é feita com embasamento em análises internas e pesquisas de mercado, com abrangência regional e nacional.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A frequência é anual.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Remuneração fixa: salário base (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria estatutária e não estatutária). O objetivo deste tipo de remuneração é reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (Companhia) e externamente (mercado).

Remuneração variável: bônus (Diretoria estatutária e não estatutária). O pagamento de bônus, quando aplicável, ocorre de três formas: (i) depósito em conta de uma porção do valor total individual no ano subsequente ao exercício-base; (ii) depósito de uma porção em conta de previdência privada, a título de contribuição da Companhia (conforme descrito no item Benefícios a seguir e (iii) possível diferimento de uma porção por ciclos de três anos contatos a partir do exercício-base. O objetivo deste tipo de remuneração é premiar o alcance e superação de metas da Companhia, de cada área e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, bem como estimular a retenção e o comprometimento com objetivos de longo prazo por meio dos mecanismos de previdência privada e diferimento.

Benefícios (diretos e indiretos) para membros do Conselho de Administração: adicionalmente ao previsto acima, os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Reembolso de despesas relacionadas à locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro; e (ii) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Benefícios (diretos e indiretos) para Diretoria Estatutária e não estatutária: adicionalmente ao previsto acima, os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis, a depender do cargo ocupado, aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica; (ii) Seguro de Vida; (iii) Estacionamento; (iv) Plano de Previdência Privada Complementar; (v) Locação de Veículo Automotor, quando aplicável; (vi) Reembolsos de despesas incorridas em virtude do cargo ocupado e para atividades diretamente relacionadas à Companhia; e (viii) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Plano de Opções de Compra de Ações (Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária): Plano de Opções de Compra de Ações - SOP - o SOP é um elemento discricionário, que permite à Companhia oferecer a opção de compra de ações aos Administradores. Os membros da Administração podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo

de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Esta forma de compensação, quando utilizada, consiste em um benefício de longo prazo e tem como objetivo reforçar a retenção de profissionais e alinhar interesses com os acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável.

Os SOPs que vierem a ser estabelecidos pela Companhia terão seus regramentos definidos em documentos específicos, cujo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia será aprovado por Assembleia Geral e os Programas de Opção de Compra de Ações serão aprovados pelo Conselho de Administração.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O formato da remuneração descrito procura incentivar os administradores e colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia e seus acionistas.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio da remuneração fixa mensal e pacote de benefícios compatíveis com a função desempenhada e com o mercado.

No médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus anual atrelado ao alcance de metas e ao desempenho da Companhia.

No longo prazo, buscamos apoiar a retenção de alguns profissionais qualificados por meio de plano de previdência privada, no qual a Companhia contribui em igual proporção aos valores efetivados pelos diretores até um limite percentual de cada remuneração fixa individual mensal, bem como direciona parte do bônus anual para este benefício a título de contribuição da Companhia. Estas contribuições originadas do bônus anual (denominada aporte) tornam-se passíveis de movimentação por parte dos diretores abrangidos após o período de um exercício fiscal (12 meses), contados a partir do início do próximo exercício, reforçando a retenção de executivos no longo prazo. Para alguns diretores, outra porção do bônus anual é anualmente diferida por ciclos de três anos contados a partir do exercício-base. Adicionalmente, a Companhia pode oferecer eventual outorga de opções de compra de nossas ações aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, conforme já apontado nos itens anteriores.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

2022 REALIZADO

Composição da Remuneração (%)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria
Remuner. Fixa	100,00%	58,09%	71,58%	100,00%	0,00%
Remuner. Variável	0,00%	33,24%	27,82%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,53%	0,60%	0,00%	0,00%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,00%	8,14%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%

¹ As proporções acima apresentadas consideram todos os encargos incorridos pela Companhia.

² Base: exercício de 2022

2023 REALIZADO

Composição da Remuneração (%)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria
Remuner. Fixa	100,00%	52,41%	99,00%	100,00%	0,00%
Remuner. Variável	0,00%	47,23%	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,36%	1,00%	0,00%	0,00%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%

¹ As proporções acima apresentadas consideram todos os encargos incorridos pela Companhia.

² Base: exercício de 2024

2024 REALIZADO

Composição da Remuneração (%)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria
Remuner. Fixa	100,0%	68,1%	88,8%	0,0%	100,0%
Remuner. Variável	0,0%	31,0%	4,0%	0,0%	0,0%
Benefícios	0,0%	0,9%	7,2%	0,0%	0,0%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%

¹ As proporções acima apresentadas consideram todos os encargos incorridos pela Companhia.

² Base: exercício de 2024

O Conselho Fiscal é um órgão não permanente. Nas AGOs realizadas em 2022 e 2023, o Conselho Fiscal foi instalado pelos acionistas, já em 2024 o Conselho Fiscal não foi instalado. O Comitê de Auditoria, embora não seja um órgão estatutário, é um órgão permanente e foi originalmente instalado no exercício social de 2022. Desde então, sua instalação tem sido mantida de forma ininterrupta, com a devida indicação de seus membros pelos órgãos competentes em todos os anos subsequentes.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O montante global da remuneração dos administradores da Companhia, incluindo o reajuste, é fixado pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia a cada exercício social.

O reajuste da remuneração fixa da Diretoria não estatutária é realizado anualmente, considerando todo ou parte do índice obtido em negociação sindical.

Eventualmente, reajustes específicos dos montantes de remuneração fixa são realizados com base em pesquisas de mercado conduzidas em conjunto com consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

As metas de resultados operacionais e financeiros globais da Companhia são pactuadas junto ao Conselho de Administração, havendo desdobramento das mesmas para metas individuais dos Diretores.

Para remuneração variável de curto prazo (bônus), a Companhia utiliza um sistema denominado PPR Gestão, uma ferramenta de gestão de pessoas, focado na valorização e geração de resultados. Com esta ferramenta, buscamos trazer retornos elevados para os acionistas, além de promover uma experiência de trabalho desafiadora e compensatória para as pessoas, incluindo recompensas psicológicas, sociais e financeiras. O PPR Gestão tem como objetivo alavancar os resultados da companhia de forma constante e sustentável, aumentando a capacidade da Positivo Tecnologia na atração, reconhecimento, valorização e retenção de talentos.

O programa está diretamente atrelado aos resultados da empresa, incentivando não apenas o alcance, mas a superação das metas estabelecidas. As seguintes posições têm direito ao PPR Gestão: Vice Presidentes, diretores, gerentes, coordenadores e especialistas (indicados pelo RH e pelo VP da área).

Composição do PPR Gestão

O PPR Gestão é composto por pilares, chamados de macro parcelas, de acordo com a área e posição do profissional. Cada pilar representa um grupo de resultados:

- **Resultados da Empresa (corporativos):** resultado geral da companhia, aplicado a todas às áreas da organização em todos os níveis de carreira que participam do programa.
- **Resultados da Unidade de Negócio:** vinculados diretamente a uma Vice-Presidência de negócio, que agrupa um portfolio ou linhas de negócio.
- **Resultados de Linha de Negócio:** Produtos, serviços e/ou canais de negócios vinculados a uma VP de Negócio
- **Metas Individuais:** destinadas a identificar e correlacionar resultados individuais e/ou da área de atuação aos objetivos estratégicos da empresa, das unidades e linhas de negócios.

Os resultados da empresa, das unidades de negócio e das linhas de negócios representam 75% das metas de todos os gestores, e estão vinculados aos indicadores de ROIC, margem líquida e lucro líquido. Os restantes 25% das metas referem-se a indicadores de performance individuais. O peso combinado dos indicadores de ROIC, lucro líquido e margem líquida representa 75% das metas para todos os grupos de gestores.



Com respeito à determinação das metas individuais, os seguintes elementos são considerados:

Alinhamento com a Estratégia Organizacional: As metas individuais devem ser diretamente alinhadas com os objetivos estratégicos da empresa.

Definição de Metas Inteligentes: As metas individuais devem seguir o princípio SMART: específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais.

Consultas e Diálogos: Os líderes devem dialogar com suas equipes para entender as capacidades individuais, identificar desafios e estabelecer metas realistas e motivadoras.

Cascadeamento de Objetivos: Os objetivos estratégicos da empresa são divididos em metas departamentais e, posteriormente, em metas individuais.

Avaliação Contínua e Ajustes: Durante o ano, é essencial realizar avaliações regulares do progresso em relação às metas estabelecidas e se necessário, ajustes devem ser feitos para garantir que as metas continuem relevantes e alcançáveis.

Feedback Construtivo e Reconhecimento: Os líderes devem fornecer feedback regular aos colaboradores, reconhecendo o progresso alcançado e oferecendo suporte quando necessário.

Ainda, conforme constante no item 2.10 (d) do Anexo I da Proposta da Administração, em 2022, a Companhia iniciou o processo de planejamento estratégico ASG, sob a liderança de comitê executivo (composto pelo CEO e Vice Presidentes) e supervisão do Conselho de Administração.

De forma a organizar nossos esforços e potencializar nosso impacto positivo, evoluímos em 2023 e 2024 o processo de revisão e alinhamento de nossas iniciativas ASG à estratégia do negócio. O processo consistiu em: (i) diagnóstico da

maturidade atual da Companhia na agenda ASG, (ii) identificação de stakeholders, (iii) definição da matriz de materialidade e, principalmente, (iv) aprovação junto ao conselho de administração dos pilares que nortearão nossas iniciativas de ASG.

Foram aprovados cinco pilares ASG estratégicos da Positivo: 1) Cultura e Pessoas, 2) Governança Sustentável, 3) Educação para Empoderamento e Inclusão Digital, 4) Jornada da Economia Circular, e 5) Eficiência Energética e Redução de Emissões da Empresa e como oferta a clientes.

A constante busca por agir com integridade, reduzir externalidades negativas e promover impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente sempre orientou nossa forma de fazer negócio. Afinal, surgimos com o propósito de impulsionar vidas através da tecnologia e com a missão de oferecer inclusão digital a milhões de pessoas por meio de nossos produtos e serviços.

Para o ano de 2024, avançaremos na próxima etapa de nossa jornada, estabelecendo metas específicas para cada um dos pilares de ASG e desenvolvendo indicadores de desempenho que permitirão uma análise criteriosa de nosso progresso, nos próximos anos. Essas metas e indicadores ASG estão alinhados com nossa matriz de materialidade e estratégia de diversificação da companhia, garantindo suporte para nossos negócios e sendo base de sustentação de uma gestão eficaz, transparente, sustentável e humana da companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estrutura de remuneração dos administradores da Companhia foi desenvolvida com o objetivo de atender às necessidades estratégicas do negócio, de modo a atrair, reter e motivar um quadro de administradores de alto nível incentivando o comprometimento com os resultados de curto, médio e longo prazos da Companhia. Ademais, a composição da remuneração visa assegurar a competitividade do pacote total de remuneração comparado com as condições do mercado, de forma a garantir a retenção e a motivação dos administradores.

A política de remuneração variável da Companhia busca alinhar a atuação de sua Diretoria estatutária e não estatutária e demais colaboradores aos interesses da Companhia e dos seus acionistas. São estabelecidas metas anuais individuais, relacionadas às respectivas áreas de atuação, como vendas, produtividade, indicadores de qualidade, eficiência em processos, cumprimento de prazos, entre outros. Adicionalmente, as metas de resultados financeiros nominais globais da Companhia pactuadas junto ao Conselho de Administração funcionam como multiplicadores das metas individuais obtidas, na proporção dos resultados efetivamente realizados no período.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados pelo emissor.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve remuneração de administradores suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano de Opções de Compra de Ações terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação (e quando cabível): (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos programas em vigência; ou (ii) estabeleça-se por escrito a permanência dos planos e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, desde que a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os assumam e realize os ajustes apropriados no número e preço das opções de ações, caso em que os planos continuariam na forma então prevista.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.237.852,00	6.088.595,00	220.508,00	8.546.955,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	371.142,00	0,00	0,00	371.142,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	.		.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.508.003,00	0,00	5.508.003,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.743.787,00	0,00	1.743.787,00
Descrição de outras remunerações variáveis			.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Observação				
Total da remuneração	2.608.994,00	13.540.385,00	220.508,00	16.369.887,00

Remuneração total do Exercício Social de 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.189.262,00	6.034.030,00	123.234,00	8.346.526,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	368.594,00	0,00	0,00	368.594,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	*1.368.493,00	0,00	1.368.493,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	398.358,00	0,00	398.358,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.474.317,00	0,00	1.474.317,00
Observação				
Total da remuneração	2.557.856,00	9.275.198,00	123.234,00	11.956.288,00

*Bônus poderá sofrer alterações

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.139.958,00	5.211.742,00	345.231,00	7.696.931,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	720.000,00	0,00	0,00	720.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.696.218,00	0,00	4.696.218,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.859.958,00	9.907.960,00	345.231,00	13.113.149,00

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.999.473,98	4.839.683,04	319.986,64	7.159.143,66
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	618.523,30	0,00	0,00	618.523,30
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.169.948,42	0,00	6.169.948,42
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	341.698,97	0,00	341.698,97
Observação				
Total da remuneração	2.617.997,28	11.351.330,43	319.986,64	14.289.314,35

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.870.263,00	0,00	3.870.263,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.623.684,00	0,00	7.623.684,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5.415.789,00	0,00	5.415.789,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Valor máximo considerando atingimento em 150% das metas financeiras globais.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.975.048,00	0,00	3.975.048,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.372.634,00	0,00	8.372.634,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.115.458,00	0,00	6.115.458,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	0,00	12,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.057.685,00	0,00	3.057.685,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.870.272,00	0,00	5.870.272,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4.696.218,00	0,00	4.696.218,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.074.646,29	0,00	3.074.646,29
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9.223.938,87	0,00	9.223.938,87
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.149.292,58	0,00	6.149.292,58
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. data de aprovação e órgão responsável

Em 03 de novembro de 2006, 30 de abril de 2015 e 30 de abril de 2024, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O Plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Durante o ano de 2024, foi aprovado um novo Programa (SOP 24-1).

c. número máximo de ações abrangidas

Conforme regras do Plano, o número máximo de opções a serem outorgadas não deverá exceder o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, já acrescidas das ações existentes caso todas as opções, concedidas nos termos do Plano, houvessem sido exercidas (opções não exercidas são canceladas e retornam para novas outorgas, respeitado o número máximo de opções a serem outorgadas).

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção outorgada no âmbito do Plano dá ao Beneficiário o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. A quantidade de opções a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item acima. Na data deste Formulário de Referência, esta quantia corresponde a 5.131.616 opções.

e. condições de aquisição de ações

Conforme o disposto no Plano e no item 8.4 (a) e (b) acima, as condições de aquisição das ações objeto das opções outorgadas no âmbito do Plano deverão ser determinadas pelo Conselho de Administração nos Programas a serem criados periodicamente e nos Contratos de Outorga, a serem celebrados com os Beneficiários, tais como os Beneficiários a serem contemplados, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o preço de aquisição, o prazo inicial de carência e de exercício das opções, dentre outras condições.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de aquisição das decorrentes do exercício da opção deve ser pago à vista no ato da subscrição ou compra das referidas ações e será determinado pelo Conselho de Administração nos Programas a serem criados periodicamente.

Segundo o estabelecido até o Plano 2015, o preço de aquisição deverá ser calculado com base no valor médio das ações de emissão da Companhia dos últimos 30 (trinta) pregões em que foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração, de correção monetária com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa (“Preço de Exercício”).

De acordo com as regras estabelecidas e aprovadas para o Plano 2024, o preço de aquisição deverá ser calculado com base no valor médio das ações, ponderado pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões em que foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração, de correção monetária com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa (“Preço de Exercício”).

O Conselho de Administração ou Comitê, a seu critério, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programas, uma redução de até 10% (dez por cento) sob o Preço de Exercício.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Conforme previsto no Plano, o prazo de exercício deverá ser determinado pelo Conselho de Administração na criação dos Programas e na celebração do Contrato de Outorga.

h. forma de liquidação

Conforme previsto no Plano, a forma de liquidação das opções outorgada no âmbito do Plano deverá ser determinada pelo Conselho de Administração na criação dos Programas e na celebração do Contrato de Outorga.

i. restrições à transferência das ações

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano não podem ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dado como garantia em obrigações, sem a prévia anuência escrita da Companhia.

Ainda, conforme descrito no Plano, a Companhia tem direito de preferência na aquisição das ações adquiridas pelo Beneficiário no âmbito do Plano. Sendo inclusive considerada “ações” para efeitos do direito de preferência da Companhia, as ações que venham a ser adquiridas pelo Beneficiário em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano.

Vale destacar também que todos os Beneficiários do Plano deverão ser signatários de um Termo de Compromisso de adesão à Política de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Positivo Tecnologia S.A., aprovada em Reunião do Conselho de Administração, em 20 de novembro de 2006, com alterações aprovadas em Reuniões do Conselho de Administração em 07 de abril de 2009 e em 25 de abril de 2022, no qual declaram ter integral conhecimento das disposições constantes de tal documento, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

Essa política prevê o impedimento do exercício de opções, bem como da compra ou venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, tais signatários ficam obrigados a abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os “períodos de bloqueio”, quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu “período de bloqueio” no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados. Adicionalmente, a Diretoria de Relações com Investidores pode determinar outros “períodos de bloqueio” a qualquer tempo, caso entenda necessário, mas sempre informando os Beneficiários do Plano.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir os Programas, estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes e antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

Se as ações existentes da Companhia forem aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de comprado total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação e quando cabível: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, desde que a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária assumam os devidos ajustes no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

- Destituição, Demissão ou Desligamento Voluntário. No caso de desligamento voluntário, destituição, demissão ou término do contrato de prestação de serviços do Beneficiário, caducará automaticamente, sem indenização, a opção não exercida, tendo ou não decorrido os prazos de carência das respectivas opções que lhes foram outorgadas.

Plano 2024 - estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data do Desligamento.

- Aposentadoria. Na hipótese de aposentadoria do Beneficiário, a opção cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido caducará sem indenização. A opção cujo prazo de carência já tenha decorrido poderá, desde que o Beneficiário não passe a exercer qualquer função em outra Companhia, ser exercida no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do evento que originar o término do mandato ou contrato de trabalho, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 60 (sessenta) dias. Plano 2024 - No caso de aposentadoria do Beneficiário, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação da aposentadoria.

- Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário. Se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes da opção estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores. Neste caso, a opção poderá ser exercida por um período de 90 (noventa), dias a contar da data do óbito ou invalidez

permanente, independentemente do decurso do prazo de carência. A opção poderá ser exercida no todo ou em parte, com pagamento à vista, partilhando-se entre os herdeiros ou sucessores o direito às ações, na forma de disposição testamentária ou conforme estabelecido no inventário respectivo.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	-	2,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	-	0,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	9,09	-	9,09
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	-	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	5,70	-	5,70

Exercício Social: 31/12/2023

Durante o exercício social de 2023 não foi executada remuneração baseada em ações.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	-	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	-	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	-	0,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	-	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	-	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	-	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	1,00	3,00	-	4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	-	0,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	3,31	5,55	-	8,86
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	3,96	-	3,96
Exercidas durante o exercício social	3,31	5,65	-	8,96

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	-	14,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	-	2,00

Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	-	0,00
Esclarecimento	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	3,17	4,84	-	8,01
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	-	0,00
Exercidas durante o exercício social	3,17	4,87	-	8,04

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga

Programa 2020 III (ano 2020):

2020 III	Plano 2020 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	26/06/2020
Quantidade de opções outorgadas	320.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	64.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/21; 112.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/22; 144.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/23.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 136.234

Programa 2021 II (ano 2021):

2021 II	Plano 2020 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	17/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	200.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	40.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/22; 70.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/23; 90.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/24.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 1.042.543

Programa 2024 (ano 2024):

2021 II	Plano 2020 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	01/10/2023
Quantidade de opções outorgadas	300.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	60.000 (lote 1) por um ano a partir de 01/10/2025;
Prazo máximo para exercício das opções	105.000 (lote 2) por um ano a partir de 01/10/2026;
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 1.042.543

8.7 Opções em aberto

Plano 2021 – Lote II - Lançado em 17/05/2021			
Em 31 de dezembro de 2024	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	1	1	1
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	40.000	70.000	90.000
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	10,62	10,62	10,62
Valor justo das opções no último dia do exercício social	10,28	10,28	10,28
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	5,18	5,18	5,18

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Programa 2020 III – Exercício 2022

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	2
Opções exercidas	
Número de ações	64.000
Preço médio ponderado de exercício	5,28
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	1,24
Número de ações entregues	
Preço médio ponderado de aquisição	N.A.
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N.A.

Programa 2019 II – Exercício 2023

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	1
Opções exercidas	
Número de ações	54.000
Preço médio ponderado de exercício	2,69
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	1,24
Número de ações entregues	
Preço médio ponderado de aquisição	N.A.
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N.A.

Programa 2020 III – Exercício 2024

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6
Nº de membros remunerados	2
Opções exercidas	
Número de ações	182.000
Preço médio ponderado de exercício	5,83
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	4,62
Número de ações entregues	
Preço médio ponderado de aquisição	N.A.
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N.A.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Até a presente data, a Companhia não possuía ou possui programa de remuneração baseado em ações entregues diretamente aos beneficiários, razão pela qual não há informação a ser reportada.

8.10 Outorga de ações

N.A. Até a presente data, a Companhia não possuía ou possui programa de remuneração baseado em ações entregues diretamente aos beneficiários, razão pela qual não há informação a ser reportada.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membro	8,00	5,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Nº de ações	0	400.000	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	6,51	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membro	8,00	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membro	9,00	4,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

a. Modelo de precificação

O valor de mercado das opções outorgadas é estimado utilizando o modelo Black-Scholes de precificação de opções. As premissas utilizadas na contabilização dos Programas devem ser: (i) volatilidade calculada com base nas observações históricas do preço do ativo no prazo de dois anos anteriores à data de outorga; (ii) sem expectativa de distribuição de dividendos sobre as ações; (iii) taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da outorga; e (iv) prazo de vida correspondente a cada uma das opções, conforme as condições determinadas nos Programas a serem criados.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Vide item 8.12(a).

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Vide item 8.12(a).

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Vide item 8.12(a).

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características incorporadas na mensuração do valor justo das opções de compra de ações.

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão²:

Apresentamos, a seguir, as participações direta e indiretamente detidas por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal na Companhia e em suas controladas indicadas em suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Positivo Tecnologia S.A.	Ações Detidas Diretamente	
	Quantidade	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	41.933.281	29,56%
Membros da Diretoria	0	0,0%
Membros do Conselho Fiscal	0	0,0%
Total	33.495.550	23,62%

Todas as demais empresas do grupo da Positivo Tecnologia não possuem participação de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

² Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	8,00	5,00
Nome do Plano	N/A	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA - Plano de Previdência Corporate PGBL (Instituidora Positivo Tecnologia S/A)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	1) Ter idade mínima de 50 anos; 2) Ter, no mínimo, 5 anos de tempo de contribuição ao plano; 3) Ter se desligado da Instituidora.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 298.597,76
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 17.351,14
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições mensais feitas pela instituidora, à exceção dos aportes anuais feitos por liberalidade da empresa. O Resgate das contribuições mensais feitas pela Instituidora somente pode ser realizado com a perda do vínculo empregatício, e na seguinte proporção: Até 24 meses na Instituidora - 0% De 25 a 48 meses na Instituidora - 30% De 49 a 72 meses na Instituidora - 50% De 73 a 96 meses na Instituidora - 80% Acima de 97 meses na Instituidora - 100%

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. valor da maior remuneração individual

e. valor da menor remuneração individual

f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

Valores anuais:

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	5	4	4
Nº de membros remunerados	5	4	4
Valor da maior remuneração	2.226.781,00	3.871.195,00	4.933.805,00
Valor da menor remuneração	1.266.536,00	1.606.274,00	2.037.500,00
Valor médio da remuneração	*1.855.040,00	2.476.990,00	2.794.098,00

* Valores poderão sofrer alterações devido bônus 2024.

	Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	9	9	9
Nº de membros remunerados	8	8	8
Valor da maior remuneração	617.308,00	612.151	580.717
Valor da menor remuneração	228.544	223.387	211.916
Valor médio da remuneração	281.733	357.495	346.035

	Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	0	3	3
Nº de membros remunerados	0	3	3
Valor da maior remuneração	0,00	118.077	108.414
Valor da menor remuneração	0,00	118.077	108.414
Valor médio da remuneração	0,00	118.077	108.414

Observações e esclarecimentos

Os valores acima apresentados consideram Pró-labore, Participações em Comitês e Remuneração variável. Exclui a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal que atuaram por menos de 12 meses no respectivo exercício, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2018. Calculado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2016. Cálculo proporcional ao tempo de exercício do cargo referente a maior remuneração.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão/Ano ¹	2025 (Previsão)	2024	2023	2022
Conselho de Administração	15,94%	20,93%	27,77%	30,62%
Diretoria Estatutária	82,72%	78,03	67,63%	44,14%
Conselho Fiscal	1,35%	1,04%	4,60%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

A Companhia não registrou, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos em seu resultado como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados. Da mesma forma, não há previsão para o exercício social corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como

remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não foram registrados, nos últimos 3 exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, em sociedades sob controle comum e em controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Positivo Tecnologia, conforme informações fornecidas pelos administradores da Companhia. Da mesma forma, não há previsão para o exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes, uma vez que a Companhia acredita que todos os itens relevantes foram devidamente citados nos itens anteriores desta seção.

Anexo IV

**Proposta da Administração e Manual para Assembleia
Geral, a ser realizada em 30 de abril de 2025**

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

v.2 24 de abril de 2025



POSI
B3 LISTED NM

Anexo IV

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

(na forma dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Resolução CVM n.º 80/22)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. se foi eleito pelo controlador ou não**
- j. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos**

A Companhia vem, por meio deste documento, fornecer aos seus acionistas as informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme aplicável, relativamente aos candidatos ao Conselho de Administração da Companhia. A Companhia esclarece que até a data de divulgação de sua Proposta da Administração, não recebeu pedido formal de instalação de Conselho Fiscal.

Propõe-se que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros efetivos, tendo os membros do Conselho de Administração o mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme segue:

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF ou passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo de mandato	i) Eleito pelo controlador	j) É membro independente?	k) Mandatos consecutivos
Alexandre Silveira Dias	18/09/1971	Engenheiro	158.558.418-55	Presidente do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Sim	6
Hélio Bruck Rotenberg	20/07/1961	Engenheiro	428.804.249-68	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Não	18
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	17/01/1963	Administradora	125.978.208-01	Membro do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Sim	4
Samuel Ferrari Lago	31/10/1966	Administrador	599.964.209-49	Membro do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Não	17
Giem Raduy Guimarães	12/12/1969	Empresário	755.250.039-53	Membro do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Não	9
Rodrigo Cesar Formighieri	14/09/1981	Administrador	033.949.989-39	Membro do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Não	6
Rafael Moia Vargas	20/07/1989	Engenheiro	005.164.139-96	Membro do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Não	5
Marcel Martin Malczewski	08/12/1964	Engenheiro	445.212.009-15	Membro do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Sim	4
Fernando Costa de Freitas	05/02/2010	Engenheiro	129.345.398-65	Membro do Conselho de Administração	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	Sim	1
Fabio Trierweiler Faigle	26/07/1981	Administrador	032.949.319-13	Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI	20/12/24	01/01/25	2 anos	Sim	Não	0
Marielva Andrade Silva Dias	Engenheira	18/02/1962	450.779.329-72	Diretora Vice-Presidente Instituições Públicas	26/04/23	26/04/25	2 anos	Sim	Não	10
Rodrigo Guercio Teixeira	Administrador	24/08/1974	910.519.406-72	Diretor Vice-Presidente Corporativo	26/04/23	26/04/25	2 anos	Sim	Não	3
Norberto Maraschin Filho	Engenheiro	01/09/1977	018.499.099-89	Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade	14/03/24	01/04/24	2 anos	Sim	Não	1
Irineu Homan	14/11/1971	Contador	834.263.889-87	Conselheiro Fiscal Titular	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	N/A	0

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF ou passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo de mandato	i) Eleito pelo controlador	j) É membro independente?	k) Mandatos consecutivos
Carlos Tortelli	10/09/1959	Contador e Advogado	274.296.100-30	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	N/A	0
Carlos Eduardo Annibelli Baron	28/02/1986	Contador	058.904.499-07	Conselheiro Fiscal Titular	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	N/A	0
Michel Youssif Chaowiche	14/12/1988	Administrador	045.085.669-01	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/25	30/04/25	1 ano	Sim	N/A	0
Gustavo Viana Volpato	10/06/2001	Investidor	085.171.459-50	Conselheiro Fiscal Titular	30/04/25	30/04/25	1 ano	Não	N/A	0
João Pedro Ragghianti Bispo	06/08/2001	Administrador	510.319.278-08	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/25	30/04/25	1 ano	Não	N/A	0
Pedro Carvalho Araujo Tavares	13/10/1972	Administrador	165.258.498-61	Conselheiro Fiscal Titular	30/04/25	30/04/25	1 ano	Não	N/A	0
Marcio Corradi Leoni	27/07/1974	Administrador	251.008.398-80	Conselheiro Fiscal Suplente	30/04/25	30/04/25	1 ano	Não	N/A	0

I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. condenação criminal

ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas

iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nome	Experiência
Alexandre Silveira Dias	O Sr. Alexandre Silveira Dias, engenheiro civil graduado pela Universidade Estadual de Campinas e com MBA pela UCLA, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) Sócio e membro do Comitê de Investimentos da Victoria Capital Partners, sociedade de investimentos independente especializada em investimentos de private equity na América do Sul; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Elemídia S.A., veículo de comunicação estratégico do segmento de mídia exterior do portfólio da Victoria Capital Partners; (iii) membro independente do Conselho de Administração da Qualicorp S.A. (organização do terceiro setor), grupo empresarial com foco na comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde; (iv) Presidente do Conselho de Administração da Damásio Educacional, grupo de ensino que oferece cursos de graduação, pós graduação e preparatórios para exames; e (v) Diretor Presidente na Anhanguera Educacional S.A. (organização do terceiro setor), grupo de ensino que oferece cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e de extensão em diversas áreas. Adicionalmente, trabalhou como consultor na McKinsey & Company, empresa de consultoria empresarial americana e Google no Brasil. O critério de determinação da independência dos membros do Conselho de Administração é o do Regulamento do Novo Mercado. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Hélio Bruck Rotenberg	O Sr. Helio Bruck Rotenberg, formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná e mestre em ciência da computação pela PUC-RJ, além de ocupar os cargos de membro do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia, foi um dos fundadores da Companhia e atuou como Diretor Presidente de todo o Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda. e Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Positivo Educacional Ltda. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	A Sra. Adriana Muratore é administradora formada pela EASP-Fundação Getúlio Vargas, com MBA pela FIA/USP e Vanderbilt University, AMP por INSEAD. Atuou nas seguintes organizações nos últimos anos: sócia da Actavox Consultoria, Vice-Presidente Senior das áreas comercial, marketing e reabastecimento do Walmart Brasil, CMO do Carrefour Brasil, CMO da Parmalat Brasil, Diretora da Hypermarcas, Diretora Unilever Brasil em diversas áreas como marketing Brasil e global, comercial, sustentabilidade, entre outros. O critério de determinação da independência dos membros do Conselho de Administração é o do Regulamento do Novo Mercado.

Nome	Experiência
	Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Samuel Ferrari Lago	O Sr. Samuel Ferrari Lago, formado em administração de empresas pela Faculdade Positivo, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, atuou como Diretor nas seguintes sociedades que atuam na gestão e participação societária em outras empresas: (i) LP Investimentos S.A.; e (ii) SSTP Investimentos Ltda. Atuou também na gerência administrativa, financeira e de compras no grupo Positivo. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos. O Sr. Giem Raduy Guimarães, formado em administração de empresas, pós graduado em marketing pela Universidade de Berkeley, mestre em administração pela Universidade Positivo, em International Business Law pela Universidade de Viena e doutorando em administração pela Universidade de Economia e Negócios de Viena, além de possuir além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) membro do Conselho de Administração de empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda. e Gráfica e Positivo Educacional Ltda.; e (ii) Presidente da Editora Posigraf S.A., empresa do Grupo Positivo que atua no mercado de impressão, acabamento e distribuição de impressos editoriais e promocionais. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Giem Raduy Guimarães	O Sr. Rodrigo Cesar Formighieri, formado em administração de empresas pela Universidade Positivo e mestre em administração de empresas pela Babson College, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, desempenhou funções de: (i) sócio na Oblivion Vapery, start-up focada no desenvolvimento de soluções sustentáveis para vaporizadores e cigarros eletrônicos; (ii) Sócio na Boqueria Restaurantes, rede de restaurantes localizada no Centro de Curitiba; (iii) Sócio na Unique Investimentos, sociedade que atua em gestão e participação societária em outras empresas; e (iv) funções ligadas a planejamento financeiro em empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Positivo Educacional Ltda. e a Editora Posigraf S.A. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos. O Sr. Rafael Moia Vargas, formado em engenharia da computação pela Universidade Positivo e com certificação acadêmica na Stanford University, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, desempenhou funções de: (i) membro do Conselho de Administração de empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Positivo Educacional Ltda. e a Editora Posigraf S.A.; e (ii) Sócio na Libero Administração de Bens, empresa que atua na gestão e participação societária em outras empresas. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Rodrigo Cesar Formighieri	
Rafael Moia Vargas	
Marcel Martin Malczewski	Sr. Marcel Malczewski é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Ciências no setor de Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná e graduado em Administração pela Harvard Business School. Sócio M3 Investimentos Ltda e Trivella M3 Investimentos S.A. - Gestão de empreendimentos (2010); Co-fundador (1990) e Diretor Presidente da Bematech (2001-2009); Coordenador do Curso de Engenharia da Computação na Pontifícia Universidade. O Sr. Marcel Malczewski é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre

Nome	Experiência
	os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é Acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de Acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas a Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de Acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de Acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de Acionista controlador da Companhia nos últimos três anos. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Fernando Costa de Freitas	Fernando Freitas é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e mestre pela Universidade de Michigan em Engenharia Industrial e Administração de Empresas. Iniciou sua carreira na Itaútec atuando na área industrial. Após concluir sua pós-graduação, ingressou na McKinsey & Company, atuando como consultor e posteriormente como sócio, liderando projetos em diversos setores, no Brasil e no exterior, por mais de uma década. Posteriormente, ocupou cargos executivos na Telefônica Brasil e na AGN Participações, além de exercer a função de executivo-chefe na B&A Mineração. É sócio fundador da Pactor Finanças Corporativas e Consultoria, onde realiza projetos de consultoria estratégica, governança, gestão e desenvolvimento de negócios, e em processos de fusões e aquisições em variados segmentos do mercado. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Fabio Trierweiler Faigle	Fabio Faigle ingressou na Positivo Tecnologia em 2017, tendo atuado como Diretor de Controladoria e concomitantemente como Diretor Financeiro na Positivo Servers & Solutions. Formado em administração de empresas pela FAE Business School, com MBA em finanças pelo IBMEC, possui mais de 23 anos de experiência em empresas nacionais e multinacionais, nas áreas de controladoria, contabilidade, auditoria interna e externa, FP&A e tesouraria. Atuou por 11 anos como auditor independente na Deloitte Auditores Independentes. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Marielva Andrade Dias	Marielva Andrade Dias é formada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná em 1983. Em 2003, concluiu MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em 2013, concluiu MBA em Finanças pelo IBMEC/UP. Antes de ingressar na Companhia, atuou como Engenheira Civil, responsável por diversas obras no Paraná, tendo fundado a empresa Andrade Dias Construção Civil Ltda., onde atuou como sócia-gerente e engenheira responsável. Atua na Positivo Tecnologia desde 1992. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Rodrigo Guercio Teixeira	Rodrigo Guercio Teixeira conta com mais de 22 de anos na indústria de tecnologia, trabalhando para empresas como Bull, Jabil, Dell, AMD, HP, HPE e Lenovo, antes de se juntar à Positivo. Com uma vasta experiência no mercado brasileiro, é reconhecidamente um líder centrado no cliente e que procura sempre trazer um crescimento mais rápido que o mercado aonde atua. Ao longo de sua carreira teve oportunidade de contribuir em distintas áreas de negócio, como “supply chain”, compras, logística, planejamento de produção, gestão e segmentação de produtos além de uma extensa atuação em vendas, pré-vendas e canais nas áreas de Hardware, Software e Serviços, onde com muita frequência liderou times e processos de vendas diretas e indiretas em distintas indústrias e segmentos. Rodrigo também teve a oportunidade de participar de vários processos de fusões, aquisições e “spin off’s” de operações e segmentos que lhe renderam muita experiência e adaptabilidade.

Nome	Experiência
Norberto Maraschin Filho	Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
	Norberto Maraschin Filho é formado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e desde sempre seguiu o caminho da tecnologia. Trabalhou por oito anos em consultorias estratégicas e atuou em mercados no Brasil, Colômbia, Equador e Índia. Sua experiência é ampla dentro do mundo da tecnologia, englobando definição e implementação de estratégias em diversas áreas como vendas e distribuição, marketing, financeiro, processos, sistemas e infraestrutura técnica. Passou a fazer parte da equipe da Positivo Informática em 2009, quando assumiu a gerência de Estratégia e Novos Negócios, liderando projetos de novos canais de distribuição, fusões e aquisições e de parcerias estratégicas com empresas de telecomunicações. Em 2010, coordenou as negociações que resultaram na entrada da companhia nos mercados da Argentina e Uruguai para vendas de dispositivos, e que levaram à criação da joint venture entre a Positivo Informática, como se chamava na época, e a BGH. Foi CEO da empresa resultante desse processo, a Positivo BGH. Em 2014, assumiu como vice-presidente de Mobilidade e Consumo.
	Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Irineu Homan <i>Conselho Fiscal - Efetivo</i>	O Sr. Irineu Homan, além de ocupar o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia, desempenhou a função de Sócio Gerente de Auditoria da Consult Auditores Independentes, a qual atua no setor de consultoria empresarial.
	Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Carlos Tortelli <i>Conselho Fiscal - Suplente</i>	O Sr. Carlos Tortelli, além de já ter ocupado o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, desempenhou a função de Sócio Gerente de Consultoria da Consult Auditores Independentes, a qual atua no setor de consultoria empresarial.
	Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Carlos Eduardo Annibelli Baron <i>Conselho Fiscal - Efetivo</i>	Carlos Eduardo é um profissional com 18 anos de experiência, no Brasil e na Europa, tendo atuado por 7 anos em diversas áreas financeiras da antiga ALL (atual Rumo Logística S.A.), 8 anos na Restaurant Brands International (RBI), onde foi CFO de EMEA (Europa, Oriente Médio e África) e CEO do Burger King Alemanha, e 2 anos como CFO da MadeiraMadeira. Atual é CFO da Bionexo. Além disso, Carlos foi Membro do Conselho Fiscal da ZAMP S.A. de 2022 a 2024. Ele é economista pela FAE Business School em Curitiba, possui MBA pela IE Business School na Espanha, e é certificado pelo IBGC nos cursos de Conselho de Administração e Conselho Fiscal na Prática.
	Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Michel Youssif Chaowiche <i>Conselho Fiscal - Suplente</i>	Profissional de finanças, com mais de 15 anos de experiência em gestão financeira, contabilidade, tesouraria, supply chain e gestão corporativa atuando no Brasil, América do Norte e Europa. Formado em Administração pela UFPR - Universidade Federal do Paraná e Ciências Contábeis pela FIPECAFI Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Com passagem por grandes empresas no Brasileiras como KPMG, ALL - América Latina Logística e Boticário, e por cargos de liderança na Europa e América do Norte pela RBI - Restaurant Brands International. Atualmente atuando como CFO - Diretor de Gestão, Finanças e Tecnologia na NSC Comunicação, maior empresa de mídia e comunicação de Santa Catarina, liderando as áreas financeira, jurídica, recursos humanos e TI. Também atuando no conselho fiscal da RBS Prev - entidade fechada de previdência complementar.
	Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha

Nome	Experiência
	suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Gustavo Viana Volpato <i>Conselho Fiscal - Efetivo</i>	Bacharel em administração de negócios com ênfase em finanças pela Florida International University, graduado com honras “Cum Laude”. Possui curso de Conselho Fiscal na Prática-IBGC. Com 10 anos de experiência no mercado financeiro, atua como gestor do Clube de Investimento Verona, fazendo a gestão dos ativos integrantes do portfólio com foco em renda variável. Também participa da gestão do Clube de Investimento Padova, Clube de Investimento Piombino Dese, e Makcemiuk FIA BDR Nível 1, provendo estratégias e novas ideias de investimento para os veículos de investimento, além do acompanhamento e modelagem financeira para os ativos escolhidos para compor os portfólios e os que possam vir a integrar as carteiras. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
João Pedro Ragghianti Bispo <i>Conselho Fiscal - Suplente</i>	Executivo com 8 anos de experiência em consultoria e foco no mercado farmacêutico. Atua como gerente de Vendas Internacionais no Grupo Alliance, liderando a exportação das marcas e produtos com foco na UE e Américas. Com forte expertise no setor comercial, financeiro, estratégia e internacionalização de negócios. Formado em Administração em Negócios com ênfase em Finanças pela Florida International University. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Pedro Carvalho Araujo Tavares <i>Conselho Fiscal - Efetivo</i>	Pedro Tavares é administrador pela EAESP-FGV e Mestre em Economia pelo Insper. Ao longo da carreira como consultor, tem trabalhado na implementação de sistemas de gestão com foco na criação de valor para os acionistas, soluções em finanças corporativas, estrutura organizacional, incentivos e programas de treinamento em organizações de vários setores dos mais diversos portes e configurações no Brasil, Europa, Estados Unidos, México e Caribe. Anteriormente, trabalhou no Bradesco em operações de fusões e aquisições e de mercado de capitais (equity e dívida). Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Marcio Corradi Leoni <i>Conselho Fiscal - Suplente</i>	Administrador de empresas pela EAESP-FGV, com especialização em finanças corporativas e certificação em planejamento financeiro CFP®. Desenvolveu carreira no mercado financeiro por 15 anos em instituições como JP Morgan Chase e Santander, atuando em gestão de recursos, Private Banking e Tesouraria. Nos últimos 13 anos tem atuado como CFO em empresas multinacionais e nacionais, com foco em gestão e reestruturação financeira, recuperação judicial, gerindo áreas como Tesouraria, Controladoria, Planejamento Financeiro, Contabilidade, Fiscal, Contas a Pagar e Receber, Compras, Recursos Humanos e Jurídico. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

A Companhia apresenta a seguir a composição de seus atuais Comitês:

Órgão	Comitê de Auditoria	Comitê Financeiro	Comitê de Estratégia e Novos Negócios	Comitê de Integridade
Membros	Alexandre Silveira Dias Eduardo Mormino (ext) Gustavo Kehl Jobim (ext) João Ramos de Almeida (ext)	Alexandre Silveira Dias Rafael Moia Vargas Rodrigo Cesar Formighieri	Alexandre Silveira Dias Fernando Costa de Freitas Giem Raduy Guimarães Helio Bruck Rotenberg Marcel Martins Malczewski	Maurício Roorda Marielva Andrade Silva Dias Daniela Colin
Total de Membros	4	3	5	3

Órgão	Comitê de Gente	Comitê de Marketing e Comunicação	Comitê de Tecnologia Educacional
Membros	Adriana Netto F. Muratore de Lima Fernando Costa de Freitas Giem Raduy Guimarães Guilherme Alberto W. Soares Cavalieri Helio Bruck Rotenberg	Adriana Netto F. Muratore de Lima Giem Raduy Guimarães Helio Bruck Rotenberg	Helio Bruck Rotenberg Lucas Raduy Guimarães (ext) Samuel Ferrari Lago
Total de Membros	5	3	3

(ext) – membro externo

Para os membros dos Comitês que também são integrantes do Conselho de Administração, suas respectivas informações detalhadas podem ser consultadas diretamente no item 7.3 acima.

Para os demais membros, a Companhia apresenta as suas informações conforme item 7.3 a seguir:

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF ou passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo de mandato	i) Eleito pelo controlador	j) É membro independente?	k) Mandatos consecutivos
Eduardo Mormino	24/05/1969	Administrador	043.005.288-02	Comitê de Auditoria	24/06/2023	24/06/2023	30/04/2024	N.A.	Sim	2
João Ramos de Almeida	27/02/1960	Empresário	112.869.858-70	Comitê de Auditoria	24/06/2023	24/06/2023	30/04/2024	N.A.	Sim	2
Lucas Raduy Guimarães	23/04/1974	Engenheiro	875.483.489-91	Comitê de Tecnologia Educacional	24/06/2023	24/06/2023	30/04/2024	N.A.	Sim	2
Maurício Roorda	11/08/1962	Engenheiro	040.910.698-43	Comitê de Integridade	28/03/2023	30/04/2024	30/04/2024	Sim	Não	1
Daniela Colin	02/05/1970	Administradora	760.693.469-04	Comitê de Integridade	22/01/2025	22/01/2025	30/04/2024	Sim	Não	0

Nome	Experiência
Eduardo Mormino <i>Comitê de Auditoria</i>	O Sr. Eduardo Mormino é formado em administração de empresas, pós-graduado em Tecnologia da Informação pela FATEC/FCP - São Paulo, com MBA em Economia do Setor Financeiro pela USP - São Paulo. Atualmente é membro coordenador do Comitê de Auditoria do Banco Daycoval e membro do IIA - Instituto Interno dos Auditores, além de ocupar o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Positivo, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) Head de auditoria interna do FGC – Fundo Garantidor de Créditos, (ii) Gerente da Auditoria de Tecnologia, Crédito e de Seguros do Itaú Unibanco e (iii) Representante dos Bancos ABN AMRO Real e Itaú Unibanco na subcomissão de auditoria interna e compliance da FREBABAN. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
João Ramos de Almeida <i>Comitê de Auditoria</i>	O Sr. João Ramos de Almeida é Engenheiro de Produção, Tecnólogo em Gestão Empresarial e MBA em Gestão de Negócios pela USP ESALQ. Atualmente é Presidente do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e é o representante legal da operação local de uma empresa norte-americana de Segurança da Informação (GM Sectec LLC), além de ocupar o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Positivo, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) No Citibank, foi responsável pelo gerenciamento da Auditoria Interna do Consumer Bank na região da América Latina. Como parte desta função, João gerenciou auditorias relacionadas com todos os negócios deste segmento, tais como Auto loan, Credit Cards, Commercial, Consumer Finance, Mortgage e Retail. Auditorias de filiais também estavam no escopo desta área, incluindo a rede de filiais do Banamex (México), a maior rede de filiais do Citi no mundo. (ii) Participou de auditorias nos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Peru, Panamá, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Portugal, Reino Unido e Japão. (iii) Antes da Auditoria Interna, trabalhou em Tecnologia e Varejo/Operações. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Lucas Raduy Guimarães	Lucas Raduy Guimarães é Diretor Presidente do Grupo Positivo Educacional e do Instituto Positivo, do qual foi um dos idealizadores. Estudou no Colégio Positivo, é formado em Engenharia Civil pela UFPR e tem

Nome	Experiência
Comitê de Tecnologia Educacional	um MBA da MIT Sloan School of Management, em Boston. Foi Vice-presidente Financeiro e Diretor de Relação com Investidores da Positivo Tecnologia, onde liderou a abertura de capital em 2006. Trabalhou em diversas posições no Positivo nos últimos 30 anos. Trabalhou na Thompson Corporation (Nova Iorque) e para a consultoria Eduventures (Boston). Atua no conselho consultivo da Alicerce Educação e da ONG Viven. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Mauricio Roorda	Mauricio Roorda é graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Em 1996, tornou-se mestre em Administração de Empresas pela Massachusetts Institute of Technology – Sloan School of Management. Tem passagem pela direção de empresas do setor Financeiro e de Telecomunicações. Temas: urnas eletrônicas e operações fabris da Positivo Tecnologia. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.
Daniela Colin	Daniela Colin é graduada em administração de empresa pela Universidade da região de Joinville. Daniela é Executivo sênior de Procurement e Product Development com experiência em negociações internacionais e cadeia de suprimentos. Profissional com sólida experiência no setor de tecnologia, atuando em empresas de grande porte e destacando-se por sua capacidade de liderança e inovação, possuindo mais de 10 anos de Positivo Tecnologia, possuindo certificações relevantes na área de tecnologia e habilidades em liderança de equipes, gestão de projetos e implementação de soluções inovadoras. Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Samuel Ramos Lago	000.958.859-00
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Paulo Fernando Ferrari Lago	609.974.359-68
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	

Observação	N/A
------------	-----

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Thais Susana Ferrari Lago	609.974.609-97
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Oriovisto Guimarães	316.626.259-87
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		

Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Lucas Raduy Guimarães	875.483.489-91
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Presidente do Grupo Positivo Educacional e Controlador da Positivo Tecnologia	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Sofia Guimarães Von Ridder	875.477.679-15
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controladora	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Rafael Moia Vargas	005.164.139-96
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Cixares Libero Vargas	133.896.379-15
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Rodrigo Cesar Formighieri	033.949.989-39
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Isabela Cesar Formighieri	026.684.419-78
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Rodrigo Cesar Formighieri	033.949.989-39
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Daniela Cesar Formighieri Rigolino	026.749.599-40
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

b. controlador direto ou indireto do emissor

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Administrador da Companhia	Cargo na Companhia	CPF/CNPJ	Pessoa relacionada	Cargo na/Relação com a Pessoa Relacionada	CPF/CNP J	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	Informática Fuego S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	Informática Fuego S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	ACC Brasil Indústria e Comércio	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta

Administrador da Companhia	Cargo na Companhia	CPF/CNPJ	Pessoa relacionada	Cargo na/Relação com a Pessoa Relacionada	CPF/CNP J	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
	Administração		de Computadores Ltda.				
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rafael Moia Vargas	Membro do Conselho de Administração	005.164.139-96	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta

**_*_